

PREÇO DO
R\$ 0,50
EXEMPLAR
INTERIOR R\$ 0,10

GAZETA DE SERGIPE

FUNDADOR: ORLANDO DANTAS

ANO XLVI - Nº 12.720

ARACAJU, TERÇA-FEIRA 12 DE JUNHO DE 2001

ODONTO SERV
SEU CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
Pça. da Bandeira, 104 - São José
Fone: (079) 211-2145 - 211-5825

INFORMES

Somente ontem o secretário da Segurança Pública, João Guilherme, assinou o decreto de exoneração do delegado de Itabaiana, Antônio Ferreira de Matos Filho, o Toinho Toyota, foragido da justiça. Toyota é suspeito de ter comandado a chacina de três menores em Itabaiana. (Página 4A)

PLENÁRIO

A Executiva do PFL em Sergipe vai manter as indicações dos deputados José Carlos Machado e Nicodemus Falcão a conselheiro do Tribunal de Contas. Quem tiver mais condições continuará na disputa, porque um retira em favor do outro. (Página 6A)



TEMPO

Nublado a parcialmente nublado com pancadas de chuvas isoladas. Ventos fracos/moderados, direção E/S, temperatura estável. Máxima de 25°C e mínima de 21°C na capital e no litoral. No sertão e região oeste máxima de 30°C e mínima de 21°C.

(Fonte: Inmet)

Professores voltam a rejeitar proposta e mantêm a greve

Permanecem em impasse as negociações entre o governo e os professores da rede estadual de ensino, que estão em greve há 24 dias. Ontem pela manhã, a categoria rejeitou, em assembleia geral no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a última proposta apresentada na semana passada pela Secretaria de Educação, que fixa em R\$

195 o piso salarial a partir de janeiro de 2002 e concede um abono linear de R\$ 100, a partir de julho, aos professores da ativa. Os educadores querem que os benefícios sejam estendidos aos aposentados e piso de R\$ 211,40. Até ontem, o Sintese ainda não havia recebido oficialmente a notificação da Justiça que julgou ilegal a greve. (Página 2B)



Durante a assembleia de ontem, os grevistas marcaram uma nova reunião para hoje à tarde

Cheque sem fundo reduz o lucro de postos

O volume de cheques devolvidos aos postos de venda de combustíveis de Sergipe, por insuficiência de fundos, continua sendo uma grande dor de cabeça para os empresários do setor. Atualmente, o total de cheques sem provisão de fundos já representa 2% das vendas nos postos, ou 30% da lucratividade desses estabelecimentos, segundo afirma Luiz Fernando Moraes, vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Sergipe (Sindpese). (Página 4B)

GOVERNO VAI AO SUPREMO

FHC tenta preservar plano de racionamento com cortes e sobretaxa



No Bairro Coroa do Meio, muitas ruas amanheceram completamente ilhadas por causa das chuvas, como a Atalaia. (Página 1B)

O governo ingressou ontem à tarde com uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC) ao Supremo Tribunal Federal (STF) em favor do plano de racionamento de energia. O texto, assinado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, pede que o tribunal conceda medida cautelar para anular as limitações contrárias à implementação do plano. O relator da ADC será o ministro Neri da Silveira, que já analisa ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Partido Social Liberal (PSL). Com 126 páginas, a ação se concentra na preservação da aplicação de cinco ar-

tigos da Medida Provisória 2.152/2, que criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE) e estabeleceu as regras de racionamento de energia. São eles: artigo 14, que trata das metas de consumo para residências e as punições, em caso de descumprimento; artigo 15, que fixa a sobretaxa ao consumo; artigo 16, que traz a regulação do Mercado Atacadista de Energia durante o racionamento; artigo 17, que define as regras de redução do consumo no comércio, na indústria e nos serviços; artigo 18, que fixa a meta de redução do uso da eletricidade para os consumidores rurais. (Página 8A)

Susana vê em secretário e coronel dois 'parasitas'

A deputada estadual Susana Azevedo (PPS) pediu ontem a exoneração do secretário de Segurança Pública, João Guilherme de Carvalho e do comandante da Polícia Militar, coronel Antônio Alcântara, atribuindo-lhes diretamente a culpa pelos incidentes de sábado passado no forró-dromo de Areia Branca, na região Agreste e um dos principais

palcos dos festejos juninos no Estado. "Se demitiam, são dois parasitas que estão ganhando dinheiro público e nada fazem", sugeriu a parlamentar, ao criticar a falta de policiamento, o que acabou permitindo a violência no local, com o registro inclusive de um assassinato. "Era uma praça de guerra, não existia um só policial", frisou a deputada. (Página 3A)

Chuvas trazem alento ao sertanejo

As chuvas que caíram no final de semana sobre Aracaju também atingiram vários municípios do semi-árido do Estado. A constatação é do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (Fetase), Fran-

cisco de Farias. Segundo ele, as chuvas trouxeram um novo alento para os sertanejos, pois abrem a perspectiva de início do plantio de culturas de subsistência na região, duramente afetada pela seca. Farias, no entanto, cri-

ticou a proposta do governo em distribuir cerca de 50 mil cestas básicas aos flagelados, quantidade que considera insuficiente, pois, segundo acrescentou, hoje há cerca de 100 mil famílias passando fome no sertão. (Página 1B)

Albano decreta calamidade em 21 municípios

O governador Albano Franco assinou ontem decreto instituindo o estado de calamidade pública em 21 municípios sergipanos castigados pela seca. O decreto vai permitir aos municípios, como Canra, Gararu, Frei Paulo, Monte Alegre, Feira Nova e Poço Redondo, os meios legais para a captação de recursos junto aos governos federal e estadual, destinados a garantir assistência à população flagelada pela estiagem. (Página 1B)



O decreto foi assinado pelo governador na presença dos secretários de Agricultura, Heleno Silva (E) e da Casa Civil, Augusto Pinheiro Machado



EDIDELSON

LEÃO É DEMITIDO; SCOLARI É O MAIS COTADO

Página 2C

TRIBUNA GS

Gilvan Manoel

E-mail: gilvanmanoel@uol.com.br

Sem infra-estrutura

O prefeito Marcelo Deda promoveu um desfile de ônibus no último domingo, na Praia de Atalaia, apresentando os 30 veículos que foram adquiridos nos últimos seis meses. A Atalaia é o roteiro principal de todas as manifestações políticas de candidatos e administrações. Deda escolheu o roteiro principal do acesso à praia, onde não há tanto buraco nem inundações - da Avenida Beira Mar diretamente para a praia, ou pela Avenida Delmiro Gouveia, passando apenas pelas avenidas principais da Coroa do Meio.

Se a festa para marcar a aquisição de novos ônibus já não se justificaria, porque são de propriedade das empresas privadas e pagos com o dinheiro da passagem do trabalhador, já que o órgão público se limita exclusivamente a administração do sistema, pior ainda é o momento e o local escolhidos para a festa. A Atalaia e a Coroa do Meio, bairros da orla, estão completamente

alagados, tomados por mosquitos, ruas e avenidas intransitáveis, com verdadeiras crateras e esgotos estourados. As chuvas que vêm caindo nos últimos dias mostram que a cidade não possui nenhuma infraestrutura e que não há nenhum motivo de festa, por melhor que seja o motivo que tenha o prefeito.

A falta de infraestrutura da Atalaia precisa ser encarada com urgência pela prefeitura de Aracaju

Na semana passada, a secretária municipal de Planejamento e Urbanismo, Lúcia Falcón, apresentou um projeto de desfavorecimento e regularização fundiária da Coroa do Meio. Serão investidos R\$ 12,7 milhões na construção de 916 moradias decentes para os que habitam pequenos barracos sem qualquer estrutura, na área do mangue. O projeto tem um alto alcance social, dota a área de uma infraestrutura indispensável ao desenvolvimento turístico e na melhoria da qualidade de vida dos moradores, mas está longe de representar a solução definitiva para os problemas da Atalaia, Coroa do Meio e da Orla como um todo.

Nos últimos anos praticamente nenhum prefeito se interessou pelos problemas do chamado principal "cartão postal" de Sergipe. Atalaia e Coroa do Meio enfrentam problemas tão sérios quanto qualquer outro bairro de qualquer zona da cidade. Tem muitos terrenos

baldoios à espera da especulação imobiliária sem que a prefeitura institua a cobrança do chamado IPTU progressivo que puniria quem não cuidasse dos seus imóveis, a rede de esgotos não funciona, a rede de drenagem só vive entupida, provocando os permanentes alagamentos, o asfalto parece que é feito de barro e não resiste a primeira chuva, as munições estão provocando doenças nas crianças e estão se tomando resistentes aos remédios sem que a prefeitura autorize a aplicação do "fumacê", que acabaria com a epidemia atual. As poucas obras se restringem a orla propriamente dita, mesmo assim num ritmo muito lento, apesar de o governo ter construído a nova rodovia litorânea e a duplicação da pista do trecho chamado "Passarela do Caranguejo".

Dois dos mais recentes prefeitos de Aracaju moram entre a Atalaia e a Coroa do Meio. Jackson Barreto e Wellington Paixão, cujas casas não são nas ruas da

frente, enfrentam hoje esses mesmos problemas, até por culpa deles. Quando prefeitos - no caso de Jackson ou foi prefeito ou influenciou os prefeitos

nos últimos 15 anos - eles fizeram muito pouco por esses bairros, sob a alegação de que era necessário priorizar a periferia. Paixão, por exemplo, é residente da Avenida Mário Jorge Vieira, principal via de ligação Atalaia/Coroa do Meio, e enfrenta sempre que chove um grande alagamento na sua porta. A água transborda e chega ao jardim da casa.

No acesso a Atalaia, no cruzamento da Avenida Rotary com a Rua Professor José Aloisio de Campos, um esgoto insiste em estourar sempre que chove mais forte provocando um grande alagamento no lado da pista no sentido Atalaia/Centro. Evidente que esses problemas ocorrem também em outros bairros e até em áreas centrais, a exemplo da Avenida Francisco Porto após o cruzamento da Avenida Acrísio Cruz, mas o problema da Atalaia/Coroa do Meio precisa ser encarado com uma certa urgência, até para que o prefeito tenha mais conforto quando for mostrar novos ônibus ou outras ações de sua administração.

Por enquanto não há quem possa resistir a tanta lama, buracos e mosquitos.

GAZETA DE SERGIPE

DIRETOR GERAL: PAULO ROBERTO DANTAS BRANDÃO
DIRETOR: LUIZ ANTONIO BARRETO
EDITOR: GILVAN MANOEL

Festas e Segurança

O governo do Estado parece que decidiu mesmo encerrar o turismo como uma das prioridades. No final de semana que passou, por exemplo, discutiu-se uma proposta de Plano Diretor para o turismo no Estado, feito por uma empresa privada contratada pela Secretaria de Planejamento. Um dos pontos fortes, destacado no trabalho da empresa, foram os festejos juninos, como é intuitivo para qualquer pessoa.

Este ano em particular, o governo decidiu investir pesado na propaganda do nosso São João e do nosso São Pedro. Começou com a ascensão de Fabiano Oliveira à Secretaria de Estado do Turismo. Desde o Carnaval que fez-se uma publicidade maciça do nosso São João. Especialmente no Carnaval de Salvador, procurou-se uma tirada inteligente: enquanto as pessoas brincavam o carnaval, já eram sugestionadas para o São João em Sergipe.

Feita a publicidade porém, nem tudo tem sido flores para a realização dos festejos juninos como todo o sucesso que era esperado. As festas coincidiram com o início da campanha pela racionalização de energia. Houve até ameaça da não realização, contornada por um esforço do governo do Estado. Supe-

rado o primeiro problema, ficaram ainda resquícios, queiram ou não, a atrapalhar o fluxo de turistas para o Estado. São porém azares da vida. Coisas imponderáveis, que o governo estadual não podia prever, apesar de toda culpa creditada à imprevidência do governo federal para com o setor elétrico.

Mas se existem coisas imponderáveis, de força maior, existe questões que cabem ao governo do estado e que não estão sendo feitas. Por exemplo, a segurança. Quem foi à festa de Areia Branca no último sábado, quando haveria o show da cantora Elba Ramalho, surpreendeu-se com a total ausência de policiamento. Havia seguranças da prefeitura municipal, mas em número insuficiente, tal o número de pessoas que apesar das chuvas foram ao forró-dromo.

O resultado da total ausência de policiamento foi desastroso. Houve inúmeras brigas, que demoravam muito, por total ausência de policiais para que separassem e serenassem os ânimos dos contendores. Algumas, assemelharam-se a brigas de filmes de faroeste, com cadeias e mesas voando para todos os lados. Numa dessas brigas, um dos contendores sacou um revólver, e matou um homem. Uma baixa las-

timável, que não poderia ter ocorrido.

Tais cenas lamentáveis, só ocorreram porque algumas medidas básicas não foram tomadas. Numa multidão como a que ocorre a Areia Branca, é necessário que estejam presentes policiais com detectores de metais para evitar que alguém entre armado no local da festa. São necessárias também, patrulhas por todo o local, para evitar brigas, e acalmar e mesmo prender brigões que estejam no local. Sem isso, é impossível que as pessoas divirtam-se tranquilos. E a propaganda de um São João de paz e amor, como o slogan apresentado, termina sendo uma propaganda enganosa. No sábado, somente após o crime já praticado, foi que as pessoas puderam ver algumas radiopatrulhas da GARRA na cidade de Areia Branca.

Ainda é tempo de remediar. Mas o policiamento tem que ser colocado de forma ostensiva nos locais dos festejos, seja em Estância. Sem polícia, não há como ter a paz que todos esperam. É necessário, com urgência, um entendimento entre a Emsetur, Prefeituras e Secretaria de Segurança, para que tal fato não volte a ser repetido. E quiçá, uma intervenção do próprio governador Albano Franco.

Edidelson



O Estado nacional e a esquerda

Um dos principais problemas na definição de um projeto de esquerda diz respeito ao enfoque acerca do caráter e das funções do Estado nacional. A dificuldade é tanto maior na medida em que nas duas últimas décadas as relações internacionais passaram por profundas mudanças, que incidiram de forma extraordinária sobre as características tradicionais dos Estados nacionais. O fim da guerra fria, a internacionalização da economia, o surgimento dos blocos econômicos, as reformas neoliberais, as novas tecnologias, o surgimento de agências internacionais como a OMC, entre outros fatores, deterioraram a capacidade e reduziram a abrangência de governabilidade do Estado.

A principal característica do Estado nacional, tal como ele vigorou até o fim da guerra fria (1989), consistia na ideia de soberania. A soberania articulava o monopólio do uso legítimo da violência dentro de um determinado território, a legitimidade de criar regras internas e de relacionamento exterior na esfera da autoridade estatal, o gerenciamento da sociedade a partir da noção de um Estado de Direito, a administração de parcela importante da economia e a sua regulação nacional, etc. No século 20, os Estados nacionais revestiram-se nas formas de um capitalismo regulado e de um socialismo estatal. As mudanças operadas a partir de 1989 têm o sentido geral de indicar a perda da capacidade de governabilidade, entendida também como perda de parcelas da soberania tradicional. Houve também uma sobreposição de processos e agências de governabilidade internacionais sobre as esferas nacionais. Pelo caráter caótico desse processo, várias esferas da vida social, econômica, política e cultural caíram em zonas de não-governabilidade, estabelecendo-se relações puras de mercado, prevalecendo os mais fortes.

A desregulamentação de relações, o enfraquecimento geral da autoridade e o aumento da pobreza são algumas decorrências dessas mudanças. A desregulamentação

proporcionou também a perda de parcelas de soberania do Estado-nação em favor de agências de governabilidade internas, como regiões, Estados federados, municípios, agências ditas "não-governamentais", e assim por diante. As novas tecnologias, por exemplo, além de aprofundar a contradição entre as características cada vez mais móveis do capital em contraposição a uma base relativamente fixa do trabalho, reduziram a capacidade de controle e de homeogenização do Estado sobre a sociedade. Apesar da perda de parcelas da soberania tradicional, ela, contudo, não foi eliminada. Mas muda de características.

Se é verdade que a política e a governabilidade não podem mais ser concebidas em termos de atividade exclusiva do Estado, o fato é que os Estados nacionais permanecem ainda "soberanos" no que diz respeito ao controle dos povos e da territorialidade. Parece que o desafio que está posto hoje para a esquerda é o de construir e interligar redes de governabilidade, levando em conta os condicionamentos internacionais, de um lado, e intra-estatais, de outro. A perda de parcelas de soberania e de funções de governabilidade não retira do Estado-nação a condição de ser o epicentro da reconstrução de novas funções e esferas de governabilidade. Em primeiro lugar, porque normas internacionais só adquirem validade se forem fundadas em processos decisórios respaldados pela legitimidade dos Estados-nações. O direito e as normas internacionais tendem a legitimar-se a partir de uma sociedade internacional configurada como uma associação de Estados que representem comunidades políticas nacionais.

Em segundo lugar, se o Estado, entendido como ordem institucional de uma sociedade autogovernada, ainda controla o povo e território, ele continua sendo a fonte legítima da autoridade da lei interna. Na medida em que hoje o sistema político e social é mais complexo e pluralista, mais importante se torna a autoridade da lei. Superar as zonas

JOSÉ GENOÍNO

de anomia e as lacunas de governabilidade se torna decisivo para evitar que prevaleçam poderes das estruturas privadas ou as relações puras de mercado, que vêm impondo incertezas, insegurança e deterioração social.

O Estado já não dispõe de instrumentos poderosos de intervenção na economia, como ocorria no Estado nacional tradicional. Mas isso não significa que não haja necessidade de regulação econômica e social. Num contexto em que a produção econômica se define pela intervenção dos insumos do conhecimento e da tecnologia e pela mobilidade do capital e desregulamentação das relações de trabalho, o Estado deve desempenhar novas funções. Mediar conflitos, impedir que a modernização desestruture coletividades sociais e estabelecer contrapartidas ao capital são algumas das novas tarefas que se impõem ao Estado.

Nos processos de modernização da produção, o Estado deve desempenhar um novo papel de indutor, gerando programas de qualidade, principalmente para as pequenas e médias empresas, de requalificação da mão-de-obra, buscando estabelecer uma nova regulamentação das relações de trabalho. Adensar as cadeias produtivas existentes, estruturar novas cadeias, financiar a ciência e a tecnologia, induzir a modernização da infra-estrutura, incentivar formas variadas de economia solidária, coordenar a competição, impedindo que ela seja destrutiva, são novas exigências da ação do Estado. Numa economia internacionalizada, o Estado passa a cumprir um papel decisivo na articulação e inserção dos setores dinâmicos da produção no contexto dos mercados globais. Definir interesses nacionais, orientá-los internacionalmente e apoiá-los com uma diplomacia comercial competente passou também a ser uma nova atividade estratégica do Estado.

* José Genoíno é deputado federal (PT-SP)

Hipócrates e a Ética dos Médicos

Emanuel Zacarias

De uma forma ou de outra somos eternamente discípulos de Hipócrates. Hipócrates era médico grego nascido em 460 a.C. e falecido em Larissa, Tessália, entre 375 e 351. Pertencia a família dos Asclepiades, descendentes de Asclépio (no latim - Esculápio) e, segundo algumas fontes, também de Heracles (Hércules). Visitou, a serviço da medicina quase todo o mundo grego. Taso, Abdera (onde estudou filosofia com Demócrito), Cízico, Selimbria (onde praticou ginástica com Heródico), Melibéia. Em Atenas praticou e ensinou, ao mesmo tempo aprendendo, lógica com Górgias de Leontino. É mencionado por Platão, mas o que se sabe de sua vida vem contido numa biografia escrita pelo cirurgião Sorano de Efeso o Antigo, no século II. Hipócrates foi o maior médico da Antiguidade, um dos maiores de todos os tempos. Imaginoso, mas objetivo, separou a medicina da filosofia e da magia, a que se achava misturada, e inaugurou a observação científica do fato clínico. Os aforismos de Hipócrates são famosos. Resumem a sua doutrina. Por exemplo: "Eunucos não sofrem gota nem ficam calvos (a calvície não foi feita para os eunucos)", "Os velhos têm em geral menos doenças que os jovens, mas se os velhos têm doenças crônicas, jamais se livrarão dela". Há séculos, Hipócrates elaborou o Juramento que nortearia a medicina, com preceitos por todos os médicos conhecidos. Esse documento, mais antigo que a própria palavra ética, tem ainda hoje validade para lembrar ao médico como melhor deve realizar sua missão. Todos nos juramos quando colamos grau.

De Hipócrates até a era contemporânea, muito se escreveu sobre a ética, como ramo da filosofia, e muitos julgamentos e recomendações foram feitos no domínio da prática médica. Mas as palavras ética e medicina só se encontraram de fato no ano de 1903, quando Thomas Percival, médico inglês com formação humanística e filosófica, criou o nosso primeiro código de ética médica. O código de Percival foi adotado de forma quase integral, pela Associação Médica Americana, em 1847. A partir de então, a medicina passou a ser a primeira profissão regulada por um código de ética. Não deve causar surpresa, portanto, que uma profissão tão especial como a medicina, sobre a qual pairam tantas expectativas, tenha necessidade de um corpo de recomendações para orientar a conduta de seus agentes, o que torna justificável e indispensável a normatização da ética médica.

Podemos, então, dizer que a ética dos médicos contida como semente no Juramento de Hipócrates tem mais de dois milênios de vida, muita história e progenitura sobre todas as formas de ética, teórica ou aplicada não tendo sido afetada, em sua trajetória, pela fragilidade da própria medicina, nem pelos ciclos das epidemias exterminadoras da Idade Média, nem pela profusão de doenças incuráveis por inexistência de recursos terapêuticos, nem por influências culturais ou de ordem confessional. Isto porque o Juramento Hipocrático, ao longo do tempo, foi o documento mais claro e preciso concebido para a segura orientação da conduta devida. A ética médica não deve conformar-se com o reducionismo que alguns desejam imprimir-lhe, para ocupar espaço com novas correntes.

N.R. Emanuel Zacarias. Autor dos livros esgotados "Novos Horizontes" e "Retalhos do Tempo", além de "Vivências de um Médico Poeta" (no prelo). Membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores. Regional de Sergipe. Presidente. Marcos Prado Dias.

GAZETA DE SERGIPE

Diário matutino fundado em 13 de janeiro de 1956 de propriedade da Gazeta de Sergipe S/A.
Diretor-Presidente: Paulo Roberto Dantas Brandão
Diretor Executivo: Luiz Antonio Barreto
Diretor Executivo: Ricardo Augusto Dantas Brandão
Gerente Comercial: Nairson Barreto Socorro
Gerente Administrativo: Eronides Nogueira de Farias
Redação, Administração e Oficinas, Av. Juscelino Kubitschek, Nº 396-A - Bairro Santo Antônio - Aracaju - Sergipe
PABX-(79) 236-2002 - FAX - (79) 236-2112. END. ELETRÔNICO gazeta@netdados.com.br (Comercial) gazeta2@netdados.com.br (Redação)
HOME PAGE: <http://www.gazetadesergipe.com.br>
REPRESENTANTES COMERCIAIS - São Paulo, Rio de Janeiro e demais estados, SIMA-SEARA-SERVIÇOS DE IMPRENSA, RÁDIO E MARKETING LTDA - Rua Guilherme Guinle, 272, 6º Andar B-Bofotafogo-RJ-CEP: 22270-060-OF-RJ. FONE: (021) 539-2811-FAX: (021) 539-2874. BRASILIA - RIL PUBLICIDADE - SBN - Quadra 02 Bloco J, Edifício Engº Paulo Mauricio 8º andar nº815 - CEP:70040-903 - Fone: 061-326.8505
Noticiário Nacional - AGENCIA ESTADO
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não necessariamente refletindo a opinião do jornal.

SEGURANÇA

Susana critica comando da SSP

Deputada governista diz que Areia Branca se transformou em uma praça de guerra e chama secretário de parasita

(Foto: Arquivo GS)

Se demitam, são dois parasitas que estão ganhando dinheiro público e nada fazem".

O desabafo foi feito ontem pela deputada Susana Azevedo (PPS) contra o secretário da Segurança Pública, João Guilherme e o comandante da Polícia Militar, coronel Alcântara. Ela pediu que os dois auxiliares do governador entregassem os cargos devido a falta de segurança nos festejos juninos. "Peçam para sair", sugeriu.

Mostrando que estava indignada com a omissão da SSP, Susana relatou que no último sábado a praça dos festejos juninos do município de Areia Branca se transformou em um campo de guerra. "Foi uma praça de guerra, não existia um só policial", desabafou afirmando que eram tiros para todos os lados, cadeiras sendo jogadas ao ar, que culminou com um morto.

Ela lembrou o esforço do governador Albano Franco, através da Secretaria de Cultura e Turismo para trazer turistas para o Estado. "Foi tudo jogado água abaixo, pela incompetência da SSP", disse. Susana disse que em um

"Se demitam, são dois parasitas que estão ganhando dinheiro público e nada fazem"

ambiente que tinha aproximadamente 100 mil pessoas, no show da cantora Elba Ramalho não existia um policial sequer. Ela pediu a demissão de João Guilherme e Alcântara para que seja criada uma nova estrutura na segurança pública de Sergipe.

Ela clamou que o governo tome alguma providência para

que a população não continue pagando os dois parasitas que estão à frente da segurança pública.

Acordo - O líder do Governo na Assembleia Legislativa, Ulices Andrade (PSDB), afirmou que o prefeito José Nivaldo de Carvalho (PFL) tem uma parcela de culpa no tumulto ocorrido, sábado passado, no forró-dromo de Areia Branca. Segundo o deputado, o prefeito não enviou o transporte para os policiais, conforme acerto feito com o comando da Polícia Militar.

Sem negar a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública no episódio, Ulices disse que, na falta do ônibus da Prefeitura, deveria ter sido providenciado outro transporte para a tropa. Andrade lamentou a omissão da SSP, mas ressaltou que, ao negligenciar o acordo, o prefeito impediu o policiamento do evento.



Secretário é acusado de omissão por parlamentar.

Movimento vai realizar marcha dos sertanejos

Foi realizado ontem (dia 11) no município de Carira o primeiro debate do movimento suprapartidário em defesa dos sertanejos. O ato, coordenado pelo deputado Gilmar Carvalho (PT) foi realizado na Câmara Municipal de Carira e contou com a participação do prefeito local, Bosco Machado, de Gararu, João Francisco, de Porto da Folha, Júlio Santana, de Pedra Mole, Milton Batista, de Aparecida, Eronildes dos Santos, de Glória, Sérgio Oliveira, de Poço Redondo, frei Enoque e representantes de Itabi e Amparo do São Francisco.

Na reunião foram debatidos diversos temas de importância dos municípios do sertão e ficou definida a próxima para o dia 25 deste mês em Porto da Folha. Para esta reunião serão convidados técnicos dos governos federal e estadual que trabalham na

área da agricultura.

Ficou definido também uma comissão formada pelo deputado Gilmar Carvalho e pelos prefeitos Júlio Santana e frei Enoque para preparar a grande marcha dos sertanejos para Aracaju que acontecerá no dia 20 do próximo mês. A intenção é que os sertanejos se desloquem de ônibus até o trevo de Itabaiana e de lá venham caminhando até o Palácio dos Despachos.

Segundo um dos coordenadores, deputado Gilmar Carvalho, a marcha não é um ato de protesto contra o governo estadual, mas será uma forma de fazer com que Sergipe tenha força junto ao governo federal nas suas reivindicações.

Gilmar Carvalho avaliou o primeiro debate bastante positivo e apesar das fortes chuvas que caíram ontem pela manhã a participação foi intensa. Segundo

Gilmar no debate foram discutidas as faltas de condições para os sertanejos e a falta de uma política governamental para que o homem do sertão conviva anualmente com a seca.

Entre as sugestões da reunião foram a necessidade urgente da anistia dos sertanejos com os bancos oficiais, a inclusão no currículo escolar de uma matéria de convivência do nordestino com a seca e outras. "Temos que fazer com que o sertanejo conviva com a seca, que é um fenômeno que não acabará, para isso é preciso medidas conjuntas e não apenas paliativas como carros-pipas e cestas básicas que são realizadas anualmente", disse Gilmar satisfeito com a repercussão do ato porque mostrou que o ato está sendo suprapartidário com a presença de prefeitos e lideranças dos mais diversos partidos políticos do Estado.

(Foto: César de Oliveira)



Motoristas e cobradores pediram apoio dos vereadores.

Sérgio Góes garante que lei não será modificada

O presidente da Câmara Municipal de Aracaju, vereador Sérgio Góes (PSDB) recebeu ontem os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de Sergipe, pedindo que o Poder Legislativo imponha a SMTT e ao Executivo Municipal a proibição dos transportes clandestinos na grande Aracaju, porque toda a categoria se encontra ressentida da redução dos postos de serviço nas empresas regulamentadas. O presidente do Sindicato, José dos Santos, o "Indio" pediu para que o presidente não deixe que aprove nenhuma emenda que legalize o transporte clandestino em Aracaju. "A proibição deste tipo de transporte clandestino em Aracaju, somente trará benefícios para os cofres públicos, a população e a toda categoria".

José dos Santos lembrou que foi introduzido há algum tempo o sistema intermunicipal de transportes, iniciados com 120 topicos e hoje são mais de mil veículos em circulação clandestinamente em todo Estado.

Sérgio Góes garantiu que se depender dele nenhuma mudança será feita na legislação vigente para prejudicar a categoria. "Sou contrário aos clandestinos", assegurou Sérgio dando como exemplo a situação que passa hoje os taxistas. "Vocês terão o apoio da Câmara como já recebem há muito tempo quando necessitam", concluiu.

Caminhada - Sérgio Góes elogiou a SMTT e o prefeito de Aracaju por ter realizado a caminhada da cidadania uma reivindicação dele. Sérgio entende que o sistema de transporte em Aracaju teve uma melhora significativa nestes últimos meses com a entrada de 25 novos ônibus e outros 15 até o final do mês.

Tribuna Livre - Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Aracaju (SINTRA), João Batista dos Santos, ocupou o espaço da tribuna livre da Câmara Municipal de Aracaju, para denunciar os graves problemas enfrentados pelos motoristas e cobradores que atuam no sistema de transporte coletivo da capital.

TC

Belivaldo diz que momento não é propício para Leonor

Para o líder do PSB na Assembleia Legislativa, deputado estadual Belivaldo Chagas, a indicação da primeira-dama Leonor Barreto Franco, para o Tribunal de Contas do Estado, não é propício, entendendo que por se tratar de ordem constitucional, a vaga é da Assembleia Legislativa. "Acredito que indicação de Leonor no momento não é moral e nem ética, e não cabe a Assembleia abrir mão de sua indicação", frisou o deputado.

Segundo Chagas, apesar da primeira-dama atender todos os requisitos assim como o deputado estadual Nicodemus Falcão (PFL), que também está pleiteando a vaga, esse não é o momento, ressaltando que o Poder Legislativo, além do deputado Nicodemus, tem outros parlamentares que atendem os requisitos a exemplo da deputada Susana Azevedo (PPS), Antônio Passos (PFL), e o próprio deputado, com todas as condições de ocupar a vaga deixada pelo conselheiro Juarez Alves Costa. "Como até o momento apenas o Nicodemus deu entrada pleiteando a vaga, não vejo porque a Casa vai abrir mão do seu nome".

Mesmo reconhecendo que Leonor Franco é uma pessoa competente diante dos cargos que já assumiu e atendendo todos os requisitos, Chagas observa que o momento não é

ideal, devido ao desgaste da administração do governador Albano Franco (PSDB). "Como fica para a sociedade entender como a esposa do governador vai julgar suas contas?", questionou o deputado, acrescentando que não se trata de questões políticas e nem pessoal, mas ética e moral. "Ela continua capaz para concorrer a uma cadeira no TC num futuro mais próximo", aconselha o deputado, lembrando que além das contas do governador, existem também as contas do prefeito de Nosso Senhor do Socorro, Zé Franco (PPS), que é primo do governador.

O líder do PSB, avalia que não é bom nem para o governo e nem para o Poder Legislativo, principalmente quando se está colocando em xeque a seriedade do Legislativo, diante das declarações do jornalista Sebastião Nery, de que o governo está gastando cerca de R\$ 10 milhões com os deputados para assegurar a aprovação de sua esposa para o TC.

Chagas disse também que está aguardando a posição da Assembleia no tocante a uma interpelação judicial, já anunciada pelo presidente da Casa, deputado estadual Bosco Costa (sem partido), para que o jornalista identifique quem está recebendo, quem está oferecendo e quem já recebeu ou está para receber.

Bosco anuncia ação judicial

O presidente da Assembleia Legislativa, Bosco Costa (sem partido) anunciou que o Poder vai tomar as providências jurídicas contra o artigo do jornalista Sebastião Nery que coloca sob suspeição todos os parlamentares no episódio da indicação do novo conselheiro do Tribunal de Contas.

"Não posso admitir que falem mais dessa Casa desta forma", disse afirmando que nenhum dos colegas é capaz de votar em projeto com interesse próprio. "Nunca votei

em projeto algum em benefício próprio ou para tirar vantagem de qualquer coisa", disse.

O presidente lamentou a ausência de Gilmar Carvalho, para ele dizer que leu a nota e jogou veneno nos demais deputados. Para Bosco, ele deveria ler a nota, mas não jogar para a sociedade que está certo, porque votará em Nicodemus Falcão (PFL), e que os outros se justifiquem. "Gilmar tem por obrigação de fazer o programa dele, mas não jogar veneno para a sociedade", concluiu.

Parlamentar vai denunciar Fabaju ao MP

O vereador Kennedy Fonseca (PMDB), disse ontem que ainda esta semana vai formalizar denúncia junto ao Ministério Público, para que apure as denúncias mencionadas pelos representantes da Frente das Associações de Bairros de Aracaju (Fabaju), na sessão especial que aconteceu na última segunda-feira (4), na Câmara Municipal, onde o ex-dirigente e o atual presidente, trocaram acusações. "Vamos aguardar apenas a chegada de mais alguns documentos para formalizar a denúncia", assegurou o vereador.

Fonseca disse também que vai solicitar a cópia do contrato entre a Fabaju e a Secretaria Municipal de Saúde, referente a dengue e que vai solicitar também a suspensão do contrato do convênio entre a Fabaju e a Secretaria Municipal de Saúde. "Não aceito a manutenção de um contrato entre a Secretaria e uma entidade onde os dirigentes trocam acusações a afirmam que há desvios de recursos para outros fins", frisou.

Na avaliação do vereador, a Câmara deve solicitar que seja feita uma auditoria na entidade para saber se está havendo ou não desvio de dinheiro, principalmente porque essa mesma entidade recebe recursos públicos, citando como exemplo a doação de uma casa pelo Governo do Estado. "O presidente da Fabaju, chegou a dizer na tribuna desta casa que foram desviados recursos para bancar a candidatura do ex-presidente Manoel Barros, que concorreu a uma vaga de vereador pelo PMDB".

Diante das acusações, Fonseca observou que a Câmara não vai cruzar os braços ou mesmo fechar os olhos e fazer de conta que nada está acontecendo. "Esse Poder tem que apurar a aplicação do dinheiro Público", frisou o vereador, concluindo que já solicitou os balancetes de 1998, 99, 2000 e os meses de janeiro a maio de 2001.

Foto: Arquivo GS

INFORME GS

Rita Oliveira E-mail: ritaoliveira@uol.com.br

Defesa inesperada

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), acusado de participar da violação do sistema secreto de votação eletrônica da Casa, ganhou ontem uma testemunha de defesa inesperada: o ex-senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ao prestar solidariedade a Dutra, ACM disse que não tem conhecimento de "nada que envolva o petista no caso da fraude no painel". "Se tivesse de dar um depoimento, eu diria que não há como o Conselho de Ética investigar", declarou o ex-senador, que teve de renunciar para não ter o mandato cassado por causa da ligação com a fraude do painel.

Para justificar a súbita mudança de atitude - até pouco tempo, ACM atacava Dutra por ter comandado, na oposição, uma operação para aprovar a cassação do mandato dele -, o ex-senador disse que a intenção é "falar a verdade". "Se eu soubesse de alguma coisa contra o Dutra, eu diria, mas aconteceu que eu não sei", afirmou o pefelista. "O PT está certo quando diz que, se o Dutra tivesse alguma culpa na violação do sistema, eu e o Arruda - o ex-senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) - teríamos feito algo para o penalizar", acrescentou.

Para ele, Arruda, que também foi investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado e teve de renunciar para não ser cassado, é quem está "patrocinando" a acusação contra o petista publicada no último número da revista "IstoÉ". "Arruda deve estar fazendo isso por covardia", declarou ACM.

O pefelista lembrou que esteve com o senador do PT um dia depois de o plenário aprovar a perda de mandato de Estevão, mas apenas para conversar sobre a possibilidade de a senadora Heloisa Helena (PT-AL) ter votado a favor do então senador do PMDB do Distrito Federal. "Na época, Dutra chegou a dizer que suspeitava do voto dela, o que hoje ele nega, mas, em nenhum momento, se falou de lista ou de painel", declarou ACM.

Ontem, o senador petista encaminhou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado um pedido para que reabra o caso da fraude no sistema de votação para demonstrar que, ao contrário de ACM e Arruda, não teme nenhuma investigação. Para Dutra, a reportagem da "IstoÉ" não passa de um "conjunto de falsas fofocas". O senador promete comandar a obstrução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para impedir que o Congresso entre em recesso em julho, caso o Conselho de Ética e Decoro não se reúna até dia 30 para analisar o pedido dele.

Hoje, Dutra deve encaminhar uma representação ao Ministério Público (MP) pedindo a abertura de inquérito civil e criminal com objetivo de apurar a violação no painel e responsabilizar os envolvidos por crime de improbidade administrativa e prevaricação. (AE)

Acordo

Representantes da OAB e da Arquidiocese de Aracaju que participam das negociações entre governo e professores, acreditam que será fechado um entendimento na reunião de hoje. As duas partes cederam um pouco e o governo aceitou esperar uma decisão dos professores até hoje, sem cortar o ponto dos grevistas, como determina decisão judicial que considerou a greve ilegal.

Presente

O arcebispo de Aracaju, Dom José Palmeira Lessa, está participando diretamente das negociações. O abono de R\$ 100 deverá ser estendido aos professores aposentados e os pontos de reivindicação da categoria que já foram acertados com o governo antes da decisão judicial seriam mantidos.

Brasília

O governador Albano Franco viajou no início da tarde para Brasília, onde acompanhou a posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim. A previsão é de que ele retornasse ontem à noite mesmo.

Proteção

Somente ontem o secretário da Segurança Pública, João Guilherme, assinou o decreto de exoneração do delegado de Itabaiana, Antônio Ferreira de Matos Filho, o Toninho Toyota, foragido da justiça. Toyota é suspeito de ter comandado a chacina de quatro menores em Itabaiana e teve sua prisão preventiva decretada na semana passada. Na sexta-feira, o delegado fugiu com a proteção das autoridades policiais.

Segurança

Além da chacina dos meninos, o secretário João Guilherme perdeu ontem a proteção da bancada governista na Assembleia. Ele chegou a ser chamado de "parasita" pela deputada Susana Azevedo (PPS). A gota de água foi a sua decisão de não encaminhar policiamento para o forró-dromo de Areia Branca, no sábado, quando mais de 50 mil pessoas participavam da festa. Sem polícia, ocorreu uma morte e várias confusões.

Prioridade

João Guilherme disse que durante o São João, a SSP só vai se preocupar em proteger os turistas. E o cidadão que paga impostos e mantém o emprego do secretário?

Campanha

O ex-governador João Alves participou, domingo, de uma cavalgada no município de Piraí. Ao lado do prefeito André Moura e do ex-deputado Reinaldo Moura.

Demissões

O presidente da FCDL, Max Andrade, não acredita que o prefeito Deda vá sancionar a lei do vereador Gualberto (PT), que estabelece novos horários para funcionamento do comércio, inclusive com o fechamento dos shopping's às 19 horas. Max diz que o projeto irá demitir 10 mil comerciantes caso seja posto em prática. Diz ainda que se Deda apoiar a proposição irá contribuir para as demissões em massa.

Emprego

O líder do governo na Assembleia, deputado Ulices Andrade (PSDB) também vai apelar ao prefeito contra a lei. Ele entende que a lei vai gerar desemprego, indo na contramão do discurso do próprio PT. "O prefeito Marcelo Deda precisa rever essa proposta que atinge muitos trabalhadores sergipanos, principalmente os dos supermercados", frisou.

Números

O prefeito Deda já avisou que vai sancionar o projeto, com base em números da DRT, que mostram que não houve nenhuma contratação desde que o comércio passou a funcionar normalmente aos domingos. Ele disse que busca um entendimento entre comerciantes e comerciantes.

Saldo

Marcelo Deda está fazendo uma poupança para detonar um pacote de obras a partir de setembro em toda a cidade. Até o final de maio R\$ 18 milhões estavam reservados na Secretaria Municipal de Finanças, e é fruto do aumento da arrecadação.

Conselheiro

Os deputados da bancada governista na Assembleia Legislativa ainda não apresentaram o requerimento indicando a primeira-dama Leonor Franco para a função de conselheira do Tribunal de Contas. O documento tem a assinatura da maioria dos deputados da base aliada ao governo, como estabelecido a legislação.

Confusão

Ontem um deputado estranhou as reações contra a indicação de Leonor. "A competência da indicação é da Assembleia, mas isso não significa que tenha que ser um membro da própria Assembleia", explicou o deputado.

Contra

O deputado Marcos Franco (PMDB), sobrinho do governador, promete fazer um discurso defendendo a autonomia da Assembleia Legislativa na indicação do novo conselheiro.

ENERGIA ELÉTRICA

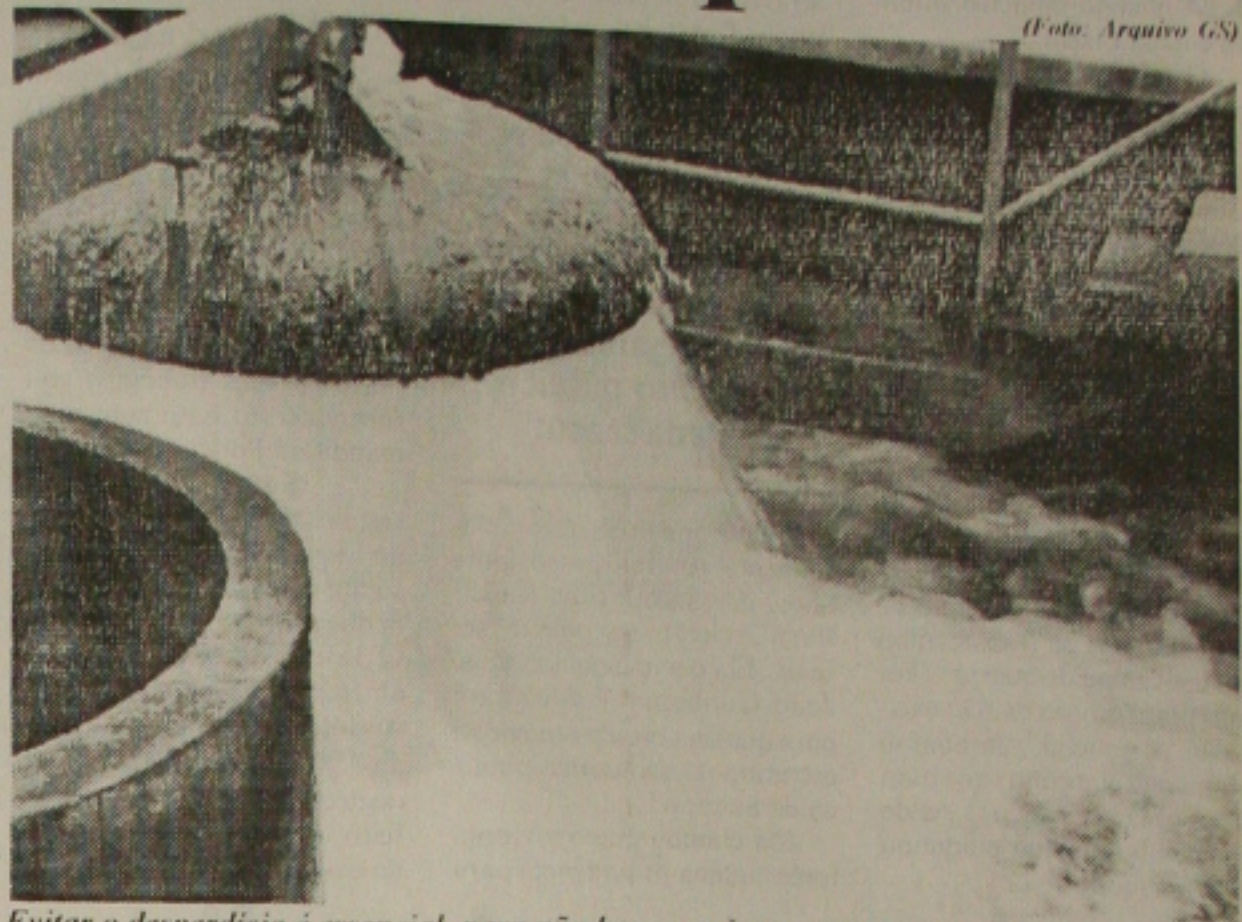
População sob risco de ficar sem água potável

Além da possibilidade de não ter energia elétrica, por causa do racionamento, em virtude da falta de chuvas, o que impede as usinas hidroelétricas de operarem normalmente, porque dependem de água para a produção de energia, os brasileiros poderão ficar sem o abastecimento irregular de água, porque o "apagão" impedirá o bombeamento, que é acionado por energia elétrica. A advertência da falta de água é dos meteorologistas, enquanto que o presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), Jeferson Kelman, diz que as previsões não são acertivas.

Os meteorologistas alertam para o risco de que em 2002 não haverá energia elétrica e água, porque os rios não estão sendo conservados. Também advertem que a irrigação desordenada e falta de controle da perfuração de poços artesanais comprometem os lençóis de água. O desmatamento, próximo das cabeceiras dos rios, compromete o aterramento dos rios. Dizem que o governo precisa controlar e fiscalizar o uso de água, para não haver apagão e água.

Racionamento - Jeferson Kelman diz que há uma situação grave no rio São Francisco, como também no semi-árido, mas a capacidade de prevê chuvas, a longo prazo, é limitada, cientificamente. Pode ser ou não ser seco, em 2002, observa.

Lembra que no início de 2001 foi feita uma previsão que haveria uma fatura de chuva e não choveria mais. A capacidade de previsão é um



Evitar o desperdício é essencial, para não haver racionamento

pouco limitada, reforça Kelman.

Todavia, ele concorda com os técnicos no que diz respeito ao controle o uso de água.

Kelman diz que a ANA está em negociações com vários governadores, objetivando mudanças de cultura. Ou seja, ao invés de plantar arroz, que consome muita água, que se plante melão ou manga, que consome muito menos, diz.

De acordo com Kelman, só a mudança de cultura no Ceará, por exemplo, haveria água

quase que suficiente para abastecer uma cidade como Fortaleza (CE).

Quanto ao poder de impedir o desmatamento, Jeferson Kelman, a ANA tem o poder de procurar melhorar o uso das águas dos rios. Uso do solo e poluição dos rios está no nosso mandato, diz.

Observa que não se trata de uma coisa que mude de uma hora para outra, porque é um processo natural e a ANA só tem cinco meses, justifica Kelman.

Colapso - Ele comenta que

os brasileiros estão sendo obrigados a racionar energia elétrica, porque todos estão ligados em todo o Brasil.

Se falta energia na usina, falta em todas as casas dos brasileiros. No caso da água é diferente, porque não se pode visitar todos os mananciais. Mas há um risco: se esse esforço de racionar energia, a alternativa será o apagão, por falta de conhecimento e solidariedade.

O apagão, diz Kelman, significa dez horas sem energia. Se não tiver essa energia, a água não anda pelos tubos, porque se precisa de energia elétrica para as bombas. Assim teríamos o racionamento dos dois, observa. (Cláudio Messias)

GREVE DO MAGISTÉRIO

Estado deve ter prioridade com professores de sua rede

Há dinheiro para se pagar bons salários aos professores da rede estadual de ensino. O que falta é vontade política ao governo estadual, no sentido de garantir ao magistério uma remuneração digna, porque não se tem compromisso com aqueles que respondem pela formação dos nossos jovens, profissionalizando-os. O governo deve entender que educação é básico para a formação de uma geração, que precisa de um ensino de qualidade. Fica difícil compreender um governo que diz que o Estado está enxuto, cumprindo suas funções constitucionais e, de repente, a gente percebe que falta planejamento, para assegurar a uma categoria importante o tratamento que ela merece, afirma o deputado federal Pedrinho Valadares, PSB-SE.

Ele diz que o governo é o responsável pela paralisação do magistério estadual, porque não quis negociar, em tempo hábil, o Plano de Cargos e Salários do magistério. Esse negócio de empurrar com a barriga e só querer conversar, depois de pressionado, tem sido uma marca do governo estadual, que precisa mudar seu comportamento, porque estamos cansados dessas atitudes incorretas, politicamente, demonstrando o descompromisso do governante com o magistério e outras áreas, completa Pedrinho Valadares.

Para o advogado e deputado não se pode querer jogar os professores contra os pais de alunos, com a publicidade de que se paga um dos melhores salários do Estado. Nós devemos ter consciência de que o professor merece um salário que permita ele se reciclar, para manter-se atualizado e passar esses conhecimentos aos seus alunos. Não podemos aceitar que o governo do Estado deixe a situação chegar à paralisação, para depois dizer que só negociar com os mestres em sala de aula. O professor de hoje é um servidor extremamente sacrificado. Antigamente, dizer que era professor da rede estadual, significava ter uma remuneração digna, que desse para sustentar a família e poder desfrutar de um lazer. Hoje não acontece mais isso e o professor está sempre em dificuldades, sendo obrigado a paralisar, para

chamar a atenção de uma sociedade para o momento que vive, disse.

Para Pedrinho Valadares, um piso abaixo de R\$ 200,00 é um exemplo de que não se prioriza a educação nesse País e, particularmente, Sergipe. Essa propaganda de que Sergipe paga os melhores salários é uma forma de não querer encarar a realidade. Não queremos saber como está nosso vizinho, mas sim que em nossa casa o dinheiro não é suficiente para o suprimento de todas as necessidades. Se os outros Estados pagam menos, reforça o argumento de que educação não tem atenção devida dos governantes, diz.

Queremos todos ganhando o suficiente, para que tenhamos uma formação de qualidade, para os nossos jovens. Professores têm deveres e direitos e um deles é o de uma remuneração decente, para que possa sustentar sua família. Esse governo dá uma lição de descompromisso com o ensino público e não compreende que nem toda família pode pagar um colégio particular, porque está fora do seu orçamento, conclui Pedrinho Valadares.

Chuvas provocam apreensão em áreas críticas

Alguns bairros de São Cristóvão são mais castigados pelas chuvas e isso causa apreensão nas comunidades, para evitar maiores transtornos, o prefeito Armando Batalha, PSDB, pede que as pessoas evitem jogar lixo em locais que possam impedir a passagem normal das águas.

Mesmo com um cronograma de obras que objetiva atender as necessidades básicas dos diversos núcleos residenciais, o prefeito reconhece que ainda há deficiência em algumas vias.

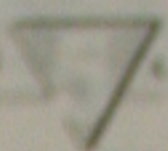
O saneamento básico, garante Armando Batalha, é uma de suas diretrizes administrativas, mas existem os limites de verbas e o município tem que executar projetos com apoio dos governos estadual e federal.

São Cristóvão tem uma extensão territorial maior do que muitos municípios brasileiros e os recursos não são suficientes para o atendimento de todos os serviços de forma imediata. Não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e as queixas de moradores

de algumas ruas são justas, mas há de se compreender que o poder público tem suas limitações, diz.

Se o volume de chuvas for grande, Batalha tem consciência de que vários problemas serão causados aos moradores, mas as equipes da prefeitura estão atentas, para a execução de serviços emergenciais. Frisa que existem algumas tarefas que não podem ser executadas com as chuvas e isso causa irritação nos moradores

das ruas prejudicadas. Não estamos omissos aos transtornos, mas também não podemos fazer milagres. Só asseguramos que a administração municipal se preocupa com o município e trabalha para garantir melhor condição de moradia. São Cristóvão nos últimos 30 anos cresceu muito em população e esse desenvolvimento não foi acompanhado com a infraestrutura devida, que só agora está sendo implantada, ressalta.



ASSALTOS A BANCO

PF prende bando que agia no NE

Carro usado pelos assaltantes está em nome do filho do vice-prefeito de Lagarto

A prisão de Milton Almeida de Sá, o Lagarto, pela Polícia Federal do Ceará, uma série de assaltos a bancos no nordeste, incluindo a desvaloração de um carro - Siderado 1420-0794 Lagarto (SE), em nome de José Rodrigues dos Santos Neto, filho do vice-prefeito de Lagarto Zuza Neto. O veículo está em nome de "Lagarto", apelido pelo PF como o líder do quadrilha.

A Siderado, segundo a Polícia Federal cearense, era usado nos assaltos praticados pelo quadrilha contra as agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. No Ceará a gangue realizou vários assaltos, como também na Bahia e pretendia assaltar o Banco do Brasil no estado de São Paulo.

O bando não explicou quanto pagou pelo veículo

Na sexta-feira adquirida com o dinheiro resultante de agências da Caixa Econômica Federal de Barbalho, no Ceará.

As investigações sobre as atividades da quadrilha na região Nordeste está sob o comando do delegado Carlos Sérgio Bezerra da Fontoura, que transfere a assaltante para Fortaleza (CE) onde en-

contra-se a Delegação de Justiça Federal do Ceará. O bando não explicou quanto pagou pelo veículo, mas não deixou ficar satisfeito em deixar das operações dos fatos.

A quadrilha se reuniu no dia que pretende invadir o Banco do Brasil de São Paulo, mas a Polícia Federal chegou primeiro efetuando a prisão de todos eles. A Siderado estava com o líder do bando. Foram presos entre um policial e aproximadamente um policial com armas, Cotas, munições e produtos. Tem a mais um condenado O-20.

A Polícia Federal também prendeu em assaltos ocorridos em Aracaju, Teres e Caraguatuba, no Ceará. Os assaltos foram praticados pelo quadrilha de Lagarto, que passou através a região Nordeste. A prisão foi efetuada pelos policiais federais do Posto Aracaju da PF naquela cidade.



Aracaju, acusado de matar três adolescentes, deverá se apresentar ainda hoje à SSP

Sistema Integrado de Transporte de Aracaju ganha novos ônibus

Os ônibus que foram à praça de Aracaju no último domingo tiveram a oportunidade de ver os novos ônibus incorporados à frota desde o início da gestão do prefeito Marcelo Deda. Ao todo, 30 veículos, sendo cinco novos ônibus, foram apresentados à população. Depois, dos ônibus sendo entregues como ao Sistema Integrado de Transporte - SIT.

Em dezembro represente um investimento de R\$10 milhões em compra de 2000. Durante

todo o ano passado, apenas dez carros foram adquiridos. Em menos de seis meses, a atual administração já conseguiu incorporar 30. A expectativa é de que até o final do mês de junho esse número chegue a 40, o que significa uma renovação total de 15%.

"A renovação da frota é fruto de uma política séria implementada pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito, que tem compromisso com o usuário do sistema, aquele que paga a tarifa e tem o direito de exigir um serviço de qualidade", salientou Deda. Ao todo, já foi entregue na compra de novos veículos, cerca de R\$ 2,5 m.

Deda destacou também outras melhorias que estão sendo implementadas pela superintendência no transporte coletivo, a exemplo da exigência no cumprimento das horários e manutenção dos ônibus, diminuindo o intervalo de tempo entre os ônibus.

MATANÇA DE MENORES

Delegado fugitivo deverá se apresentar hoje à SSP

Fugitivo desde sexta-feira (10) passada por estar com a prisão preventiva decretada, o delegado de Itabirana Antônio Francisco de Mattos Filho, **Tuinho Toyota**, deve se apresentar ainda hoje à Secretaria de Segurança Pública, para ficar à disposição da Justiça na 1ª Delegacia de Polícia. Mattos Filho é acusado de seqüestro e morte dos adolescentes Carlos Magno Mesquita Fernandes, de 16 anos, José Valdeir dos Anjos Junior, de 13 anos, **Juvinho**, e João Cleverton Martins dos Santos, de 16 anos, **Kel**.

A apresentação do delegado será feita pelo advogado Cláudio Maynard Rabelo, que até no início da tarde de ontem não havia mantido nenhum contato com a Coordenadoria de Polícia Civil da Capital, responsável pela prisão de Toyota. Ele desapareceu de Itabirana ao tomar conhecimento da prisão de seu irmão.

Santos e Marilene Cavalcanti dos Santos, os quais também estão foragidos. Segundo fontes da SSP, Roberto Carlos e alguns parlamentares visitaram a Delegacia de Segurança Pública, sendo atendido na Delegacia Regional de Itabirana.

Forró de A. Branca termina com morte

Por falta de policiamento no Forródomo de Área Branca, a festa que deveria ser de alegria, terminou com insuas brigas e um assassinato. O estudante Alberto dos Santos, de 20 anos, foi assassinado com um tiro de revólver. O autor do disparo continua em liberdade.

De acordo com informações dadas pela Secretaria de Segurança Pública, os policiais não se deslocaram até Área Branca, em razão do prefeito daquele município, não ter enviado o transporte para a tropa ir até Área Branca.

Gangue dá golpe de R\$ 800 mil

O sequestro comercial José Carlos do Alencar, de 47 anos, com sua esposa Maria Carmelinda dos Santos, proprietária da empresa Depósito Itabirana, de sequestrado em um momento de vulnerabilidade. De acordo com a vítima, ela teria dado um golpe comercial de R\$ 800 mil.

Aposentado morre na Casa de Detenção

O aposentado João Francisco de Resende, de 70 anos, morreu quando estava o filho na Casa de Detenção do Barro América, no último domingo à tarde.

Segundo informações colhidas pela polícia, a vítima ao se dirigir a uma das celas situadas no andar superior de um dos pavilhões, acabou se desequilibrando, caindo ao chão.

Ele disse ainda em sua queda, que não sentiu nenhuma dor, mas, de repente, ele percebeu dentro dele, as pernas afundadas pelo Depósito Itabirana as condições de saúde no Sul do país, onde afetadas a vista, até adquirir condições de trabalho.

Aproveite a promoção sorriso



COBERTURAS PLANO ESPECIAL

CLÍNICA ODONTOLÓGICA 1. Consultas, Urgências e Exames 2. Radiografias 3. Profilaxias (limpezas) 4. Clonagem de Placa Bacteriana	ENDODONTIA 1. Tratamento de canal de Incisivos e Caninos 2. Tratamento de canal Torça e Pré-molar 3. Remoção de obturador Radiolúcido 4. Remoção de Pulpas Irregularmente
PERIODONTIA 1. Remoção de Indúzia e Tartarô 2. Curetagens de Sonda Periodontal 3. Gingivectomia 4. Alinhamento da Coroa Clínica	CLÍNICA CIRÚRGICA 1. Exodontia (extrações) 2. Drenagem de abscessos 3. Biópsia intra-bucal 4. Cirurgia de Torça 5. Correção de Bêbida maxilar 6. Exatidão de Râmbula, Mucocela 7. Redução, Cruenta, Incruenta
ODONTOPEDIATRIA 1. Aplicação de Fluor e Selantes 2. Extrações Sérias 3. Restaurações em Resina 4. Restaurações em Amalgama 5. Polipização 6. Curativos preventivos	RADIOGRAFIA 1. Periapicais 2. Bite-Wing 3. Oclusal






Pré-coberto com 50% de desconto sobre a tabela da CNCC - Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos

Plano Master Light

Cobertura completa do Plano Especial + Aparelho Ortodôntico e Manutenção já incluso

totalmente sem carência

ODONTO SERV

Seu convênio odontológico

Praça da Bandeira, 194 - Centro - Aracaju

Fone: (79) 211-2145



Emsurb promove semana do meio ambiente

Foi um sucesso a comemoração da semana do meio ambiente promovida pela Emsurb. Diversas atividades foram programadas e desenvolvidas como plantio de árvores, palestras educativas, debate aberto à comunidade, concurso e premiação de fotografias relacionadas ao meio ambiente.

Durante toda a semana que ocorreu o evento, houve uma total integração da equipe de assessores e funcionários do órgão, à exemplo do Dr. Márcio Barreto, Dra. Ligia Maria Ferreira, Dra. Suzane Noronha e Dr. Carlos Trindade, e simpatizantes da nobre causa do meio ambiente, objetivando proporcionar a todos os participantes uma comemoração à altura do evento.

De parabéns o prefeito Marcelo Deda e o presidente da Emsurb, Dr. Osvaldo Nascimento, pela promoção e sucesso da semana do meio ambiente.



**Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado de Sergipe
www.jfse.gov.br**

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO 30 DIAS

Dr. Ricardo César Mandarino Barreto, Juiz Federal da 1ª Vara, da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, na forma da lei, etc...FAZ SABER aos que este Edital, com prazo de 30(trinta) dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente, CITA o réu **AÉRCIO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, funcionário público estadual, portador do RG n.º 00.640.552-SSP/SE e do CPF n.º 345.613.405-30, atualmente em lugar ignorado; dos termos da **AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE**-processo n.º 2001.85.00.1165-1, proposta pela Caixa Econômica Federal-CEF, para responderem aos atos e termos da ação supracitada, no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos articulados pela autora, nos termos do art. 285 do CPC; bem como para comprovarem, no prazo de 48 horas, que resgataram ou consignaram judicialmente o valor do débito referente ao imóvel situado à Rua Y, nº 2.131, Edf. Malta, Cond. Residencial Mar Mediterrâneo, aptº 101, Loteamento Coroa do Meio, bairro Coroa do Meio, nesta capital; antes da realização do primeiro ou do segundo leilão, sob pena de ser expedido em favor da CEF mandado de imissão de posse do imóvel em apreço, nos termos do art. 37, parágrafos 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 70/66. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral, da Justiça Federal, com endereço na Av. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, bairro Capucho, Centro Adm. Gov. Augusto Franco. E eu, *(assinatura)* (João Bosco Carvalho de Jesus), Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi. Aracaju, 25/05/2001.

Juiz Ricardo César Mandarino Barreto

CONSULTORIA JURÍDICA 'S. CHAGAS'

CAUSAS: Cíveis, Trabalhistas, Tributárias, Comerciais, Criminais, Defesa do Consumidor, Inventários, Contratos Bancários, Contratos de SFH, Contratos de Compra e Venda e Assemblhados.

**Dr. Sebastião Chagas Filho
Advogado
OAB-SE Nº 2182**

Escritório - Avenida Rio Branco, 186
Ed. Oviêdo Teixeira - Sala 120 / Aju-Sergipe
Tels-213-7400 / Fax: 222-6911

PLENÁRIO

Diógenes Brayner

Sem candidato

Um dos auxiliares do Governo surpreendeu o prefeito de Lagarto, Jerônimo Reis (PSDB), domingo passado, em Pirambu, quando disse que ele (Jerônimo) seria indicado pelo governador Albano Franco para disputar a sucessão estadual. O prefeito reagiu. Disse que não era bobo para acreditar numa "história dessa" e respondeu que não havia nascido para "ser um laranja". Jerônimo Reis até admitiu que Albano já havia insinuado que ele era um dos nomes que poderiam disputar o Governo do Estado pela sigla tucana, mas foi enfático quando revelou que "se a insinuação fosse feita anteriormente até que seria possível algum ânimo para isso, mas não dá para pensar em uma candidatura sem que seja feita qualquer preparação junto ao eleitorado".

Jerônimo Reis disse que o PSDB não terá candidato ao Governo do Estado, porque o governador Albano Franco não teve o cuidado de fortalecer, eleitoralmente, nenhum dos seus aliados e não fez uma liderança que possa substituí-lo. O prefeito de Lagarto não esconde que pretende compor a chapa majoritária no próximo ano, disputando o Senado ou a Vice-Governadora. Está conversando com vários segmentos da política sergipana e fará uma composição que não ponha em risco a sua candidatura, além de não abrir mão de apresentar nomes para Assembleia Legislativa e Câmara Federal. Desde que assumiu a Prefeitura de Lagarto, em 1996, que Jerônimo Reis vem expandindo sua liderança por várias cidades do interior e trabalhando pela eleição de pelo menos 11 prefeitos em várias regiões do Estado.

É, hoje, uma liderança forte no interior... A dedução do prefeito Jerônimo Reis está correta. Na realidade o governador Albano Franco não procurou formar uma liderança que possa substituí-lo no Governo. A sua candidatura antecipada ao Senado Federal e os compromissos com várias outras siglas, principalmente o PMDB, foram os responsáveis por essa indiferença na formação de um nome capaz de se candidatar a governador do Estado. Assim como os tucanos não disputaram a Prefeitura de Aracaju e apoiaram indiretamente o atual prefeito Marcelo Deda (PT), também ficarão fora da cabeça de chapa nas próximas eleições. Aliás, a partir de abril de 2002, o governador, como cidadão comum e candidato ao Senado Federal, dependerá de um palanque para a campanha, porque ninguém do seu partido pretende "virar suco" só para dar espaço a um nome que disputa mandato de senador.

O comandante das próximas eleições será o atual vice-governador, Benedito Figueiredo, que assume o Estado com a desincompatibilização de Albano Franco. É verdade que o atual vice tem compromisso de apoiar o governador para o Senado, mas não há qualquer acordo quanto ao Governo de Sergipe. Benedito Figueiredo está muito à vontade para fechar entendimentos com qualquer outro nome que se candidatar à sucessão estadual. E não será ninguém que tenha a simpatia do grupo liderado pelo ex-prefeito Jackson Barreto. Os dois estão rompidos para valer e já não cabem em uma mesma composição política. Figueiredo não vê dificuldade em apoiar o ex-governador João Alves Filho (PFL) e já recebeu sua visita formal, ao lado da senadora Maria do Carmo Alves. Conversaram sobre tudo, desde o racionamento de energia, até a transposição do rio São Francisco, dando uma parada na política sergipana e passando rapidamente pela crise peemedebista.

Foi um encontro proveitoso... Fica muito claro, assim, que um entendimento entre João Alves Filho e Albano Franco independe do desejo dos dois. Está na vontade do futuro governador tampão, Benedito Figueiredo. A dedução é simples, embora João e Albano neguem qualquer possibilidade de acordo, não passa por eles essa decisão. Benedito Figueiredo tem compromisso firmado com o atual governador para apoiá-lo na disputa ao Senado Federal e, se escolher João Alves Filho para candidato ao Governo do Estado, com absoluta certeza não ouvirá uma recusa. Ambos aceitam com muito bom gosto e têm até uma resposta ao eleitorado que não cai mais no ciclo vicioso do acordão. João dirá que Albano é o candidato ao Senado de Benedito. A mesma resposta será dada pelo governador. Assim, os dois se mantêm afastados e permanecerão em palanques diferentes, abominando o entendimento que se exauriu com as eleições de 1998, sem deixar de contar com a força e participação do Governo, o que não será nada mal...

Relação

A Executiva Nacional do PPS enviou, sexta-feira passada, ao Diretório Regional do partido em Sergipe, a relação das siglas que os socialistas podem fazer composição: PTB, PDT, PV, PCdoB e o PT. Excluiu o PMDB, PSDB e PFL que dão apoio a Fernando Henrique.

O PPS pode incluir o Partido Liberal para coligação, excepcionalmente, depois de se discutir a posição dos seus membros. A Executiva Regional marcha com os partidos de esquerda e deixa claro que deve prevalecer os interesses da sigla.

Caminhada

O presidente do Diretório Municipal do PPS, ex-prefeito Wellington Paixão, confirmou, ontem, que o seu partido tem discutido uma caminhada em busca da sua independência. Os seus membros acham que a sigla não pode se atrelar a lideranças de outros partidos.

Wellington acha que o PPS não pode esperar que "as nossas atitudes dependam do governador Albano Franco" e admitiu que a sigla tem quadros expressivos que podem disputar o Governo do Estado e o Senado Federal, sem precisar ficar esperando por decisões de ninguém.

Confirmado

O presidente do Deso, engenheiro Gilmar Mendes, informou, domingo, que a Chesf é que está com o controle da Usina Hidrelétrica de Xingó. Confirmou que a empresa fornecedora de energia está com dificuldade para liberar a vazão do São Francisco.

Segundo Gilmar, isso já está afetando o abastecimento da adutora Sertaneja e prejudicando o fornecimento d'água. Para se ter uma ideia, a vazão no ano passado foi de 2.060 metros cúbicos e este ano está com 1.200 metros cúbicos.

Indicação

Alguns aliados do governador Albano Franco acham que a indicação da primeira-dama Leonor Franco para o Tribunal de Contas, pode respingar na candidatura do Senado em 2002.

A oposição até comemora a indicação, porque já está escolhido o mote do discurso político para a campanha do próximo ano. Será toda ela em cima desse fato.

Eficiência

Ninguém discute a eficiência e capacidade de Leonor Franco para assumir o cargo de conselheira. Ela já foi ministra da Ação Social e presidente nacional da extinta LBA, além de ser advogada.

É conhecida pela seriedade com que atua quando está à frente de qualquer setor e exige dos seus comandados eficiência e capacidade. É mulher de palavra firme e gestos fortes.

Comentário

Sábado passado, a noite, durante festa de aniversário do filho de um político influente, a indicação de Leonor Franco era assunto principal da maioria das mesas.

Segundo informação de bastidores, Leonor Franco às vezes fica pensativa em relação à sua indicação, exatamente pela questão política. Albano Franco chega a admitir que esse fato já está pegando.

Dois nomes

A Executiva do PFL em Sergipe vai manter as indicações dos deputados José Carlos Machado e Nicodemos Falcão a conselheiro do Tribunal de Contas.

Quem tiver mais condições continuará na disputa, porque um retira em favor do outro. Neste momento, o deputado José Carlos Machado tem posição mais favorável do que Nicodemos.

Assinaturas

Segundo informação de um assessor parlamentar, a primeira-dama Leonor Franco já tem 16 votos como certo. O requerimento deverá ser entregue hoje.

A mesma fonte diz que alguns deputados de oposição não assinaram a relação para evitar o patrulhamento, mas na votação secreta não vão negar apoio.

Preocupação

Uma das preocupações do ex-prefeito Jackson Barreto (PMDB), no caso dele perder a hegemonia do partido, é saber quem vai comandar as eleições de 2002.

Acha que Benedito Figueiredo "não é de comandar essas coisas". Acrescenta que a candidatura de Albano ao Senado o inibe e que "o estilo de Bené não é fazer nenhuma imoralidade".

Conversa

O deputado federal Jorge Alberto (PMDB) procurou, ontem, o ex-prefeito Jackson Barreto para uma conversa. Perguntou se havia possibilidade de um entendimento.

Jackson respondeu que sim... Deixou clara a sua posição: "quem quiser acompanhar Albano Franco que o faça, mas eu fico do outro lado". Os dois terão nova conversa, quando Jorge trará a proposta para entendimento.

Chateado

O presidente da Assem-

É FOGO

Até o momento apenas a relação indicando o nome do deputado estadual Nicodemos Falcão, foi entregue ao presidente do Tribunal de Contas.

A igreja em Aracaju está participando mais dos movimentos reivindicatórios e procurando encontrar uma situação para os problemas.

O presidente do Diretório Municipal do PPS, Wellington Paixão, disse ontem que o "partido não tem secretário. Os secretários é que têm partido".

Wellington Paixão diz que o PPS quer autonomia para discutir as eleições do próximo ano, "mas não podemos fazer isso sem ter uma definição em termos sucessórios".

Depois de ser submetido a uma cirurgia num dos joelhos, o presidente regional do PPB, Venâncio Fonseca, já está voltando às suas atividades.

A deputada Susana Azevedo estava brava com a falta de estímulos em Areia Branca. Sábado passado, cinco pessoas que estavam com ela foram assaltadas.

O senador José Eduardo Dutra quer a reabertura do inquérito da violação do painel do

Senado, para ser ouvido e provar que as acusações contra ele não são verdadeiras.

O ex-deputado Gilton Garcia (PTB) ainda não definiu por sua candidatura em 2002. Mas dá sinais de que disputará um mandato.

A nova decisão da Executiva Nacional do PPS vai dificultar muita gente a continuar no partido. Uma boa parte dos seus membros é aliada do governador Albano Franco.

Não tem jeito: o ex-prefeito Jackson Barreto não fará qualquer acordo com Benedito Figueiredo se não obtiver a hegemonia do partido.

bleia Legislativa, deputado Bosco Costa, pode segurar, por uma semana, a relação dos nomes indicados para disputar a vaga no Tribunal de Contas.

Segundo notícia que circulou ontem nos corredores da Assembleia, Bosco estaria insatisfeito com o tratamento que vem recebendo do Palácio dos Despachos.

Explicação

Um parlamentar explicou, ontem, que a vaga da Assembleia Legislativa para o Tribunal de Contas não quer dizer que o indicado necessariamente seja deputado estadual.

Acrescentou que basta que o nome seja indicado pela maioria dos membros da Assembleia e cumpra os requisitos necessários para ocupar o cargo.

Reeleição

A reeleição dos governadores sem a desincompatibilização deve continuar, pelo menos até o próximo pleito. Mesmo assim, Benedito Figueiredo não disputará as eleições.

O vice-governador Benedito Figueiredo vai assumir o mandato tampão e administrar Sergipe por nove meses. Isso já está decidido.

José Eduardo

Um influente analista político previu, ontem, que o senador José Eduardo Dutra (PT) terá que se entender com o PMDB e PFL, para sair "dessa enrascada".

Disse que o pessoal vai entrar para valer no senador sergipano, que passou a ser "a bola da vez" na apuração da violação do painel de votação do Senado.

Participação

O mesmo analista admite que José Eduardo Dutra não tenha a menor participação no que foi denunciado, "mas estão querendo pegar o Partido dos Trabalhadores através dele".

Advertem que as acusações podem valer a reeleição e que Dutra terá de trabalhar muito, nos bastidores, para evitar as investigações: "tem muita gente querendo pegá-lo".

Racionamento

A partir de setembro pode ocorrer o racionamento de água em Sergipe. É que as águas do rio São Francisco já estão correndo no canal.

Quem chega a Propriá já nota o Velho Chico com uma redução em seus níveis. Algumas cidades do baixo São Francisco já estão sofrendo problemas de abastecimento.

Jackson Barreto diz que não tem cabimento o PMDB ter um nome em condições de disputar as eleições estaduais e apoiar um outro candidato.

O Sindicato dos Comerciantes luta para acabar o expediente dos supermercados aos domingos. É preciso saber se os trabalhadores concordam com isso.

O ex-governador João Alves Filho (PFL) vem participando de algumas festas juninas no Interior. Domingo ele esteve em Pirambu, onde se realizava uma cavalgada.

BOLSA DA SECA

Cadastramento começa no dia 25

Valor da bolsa-renda para flagelados do Nordeste ainda não foi definido

RACIONAMENTO

Pesquisa aponta novas demissões

São Paulo(AE) - Grande parte das empresas com sede na cidade de São Paulo acredita que deverá fazer demissões em razão do racionamento de energia elétrica. De acordo com pesquisa realizada pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) com 573 entrevistados, sendo 401 microempresas, 68% das indústrias projetam que vão reduzir seu quadro de pessoal. No comércio, este porcentual é de 36% e no setor de serviços, de 35%. A pesquisa foi feita com 61 indústrias, 323 estabelecimentos comerciais e 189 empresas do setor de serviços.

O levantamento mostrou que a maioria das indústrias (66%) espera uma elevação de preços em razão da falta de energia. Esta é a expectativa também de 44% do comércio e 40% do setor de serviços. Entretanto, uma parcela significativa não espera alterações. É o caso de 17% das indústrias, 38% do comércio e 42% dos serviços.

Os três setores observaram uma cautela maior do consumidor para comprar. A impressão foi registrada por 52% das indústrias, 53% do

comércio e 50% dos serviços.

Com relação às estratégias para enfrentar o corte de energia, 25% das indústrias alegaram que vão recorrer à redução de horário e de produção e 15% afirmaram que contam com gerador próprio. Apenas 10% não tomaram nenhuma decisão neste sentido.

No comércio, 39% devem optar pela redução de horário e 6% possuem gerador próprio, mas 19% não têm esquema preparado para o apagão. No setor de serviços, 42% também querem diminuir os horários de operação e 11% contam com geradores próprios. Perto de 17% não se prepararam ainda para o corte de energia.

De acordo com economista da ACSP, Marcel Solimeo, a situação mais preocupante é a das microempresas, que têm uma estreita margem de manobra para fazer alterações e adaptações, ou seja, não têm capital de giro para substituir equipamentos elétricos ou trocar a totalidade das lâmpadas. Nestas, as demissões são quase certas.

Ele defendeu alteração das regras impostas pelo governo para o segmento, a fim de ga-

rantir a manutenção de empregos e reduzir o custo social. Na cidade de São Paulo, 67% da mão-de-obra ocupada está nas microempresas. A demissão de 50 pessoas por uma grande indústria, argumenta Solimeo, pode ser menos grave que 1.000 pequenas empresas demitindo dois funcionários cada uma.

A proposta de câmara de compensação para este segmento, na sua opinião, é inviável, pois a tarefa é complexa e exige uma organização dos sindicatos - única entidade sugerida até agora para centralizar este trabalho - que poucos possuem.

A ACSP formou uma parceria com o Sebrae para montar plantões de esclarecimentos nas 15 distritais da capital paulista. A ideia é colocar técnicos do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP (IEE-USP) e do Sebrae para dar dicas aos microempresários sobre como obter a redução de consumo. Os plantões devem começar no dia 20, em uma das 15 regionais. O Sebrae também treinou atendentes para prestar esclarecimentos pelo Disque Sebrae (0800-780202).

Consumo no Nordeste está diminuindo

Rio (AE) - A Região Nordeste reduziu mais o consumo de energia do que o Sudeste nos dez primeiros dias de junho, segundo o monitoramento do Operador Nacional do Sistema (ONS), mas ambas ainda estão abaixo da meta de 20%, segundo os dados oficiais. Na comparação com a média de consumo calculada sobre os meses de maio, junho e julho do ano passado, o Nordeste economizou 17,4%, enquanto nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (que são monitoradas conjuntamente) a redução foi de 16%.

O ONS não faz o acompanhamento Estado por Estado. Por isso, explicou a assessoria de comunicação do órgão, não tem como confirmar dados divulgados pelas distribuidoras. Também os parâmetros seguem critérios distintos. O ONS, que fornece os dados para a avaliação do governo, monitora os pedidos de carga própria feitos às usinas e isto inclui o consumo mais as perdas com distribuição e transmissão.

Os técnicos do ONS acreditam que os dados coletados até agora permitem ainda um horizonte curto de observação e não há como avaliar se as metas serão cumpridas. Mas, além do consumo, também é monitorada a afluência, ou seja, o nível de água nos reservatórios das usinas.

Neste caso, a chamada "energia armazenada" está bem próxima do que era esperado. No Nordeste, os reservatórios estão em 26,56%, no Sudeste e Centro-Oeste, em 29,34%, no Norte, 74,7% e no Sul, 86,4%.

Crescimento do PIB será menor, diz CNI

Rio (AE) - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai rever em julho a sua previsão do crescimento do PIB e da atividade industrial para este ano por conta do impacto do racionamento de energia, assim como da alta do dólar e do câmbio. "Ainda é cedo para arriscar um número, mas é certo que o crescimento será menor do que previmos no ano passado", afirmou Flávio Castelo Branco, coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI.

Em dezembro do ano passado, a expectativa dos técnicos da CNI era de que o PIB iria crescer 4% este ano, a produção industrial 6% e o emprego industrial avançaria mais do que 1%. Nos próximos dias, a CNI irá divulgar uma pesquisa com 3.800 empresas do País para avaliar o impacto do racionamento de energia. Os questionários foram enviados na semana passada e a expectativa é que será possível, por essa amostragem, ter uma sinalização do impacto da crise energética no crescimento da economia.

"Energia é um insumo muito importante para o setor industrial. Será como se as empresas tivessem descido alguns degraus da escada. O problema é saber para que patamar elas voltarão depois da crise", disse Flávio Castelo Branco. Ele explicou que os 20% de redução de meta de racionamento sobre maio, junho e julho de 2000 terão um efeito maior para as indústrias porque, na média, o segmento vinha de um crescimento de 7% até abril deste ano. "Como a base é maior, será como se, na média, o efeito da escassez de energia por unidade de produto fosse de 25%", calculou o coordenador da unidade de política econômica da CNI.

Castelo Branco prevê que no terceiro trimestre deste ano a atividade industrial terá certamente um desaquecimento, tanto se for comparado com o segundo semestre assim como na comparação ao terceiro trimestre do ano passado, levando em conta o índice dessazonalizado.

Brasília (AE) - As famílias afetadas pela seca no Nordeste terão direito a uma bolsa-renda, que ainda não tem um valor definido, mas o cadastramento começa no próximo dia 25. A informação foi dada ontem pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, que anunciou a manutenção da distribuição de merenda escolar durante as férias de julho nos municípios atingidos pela estiagem.

As medidas são decisões da Câmara Setorial de Convívio com o Semi-Árido e Inclusão Social. O valor da bolsa, o total de recursos federais a ser liberado e o número de pessoas que terão direito ao benefício serão definidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Jungmann, o presidente deverá editar até o final desta semana, ou no máximo no início da próxima, medida provisória criando a ajuda e estabelecendo quanto será liberado.

A bolsa tem caráter emergencial e temporário. Caberá aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável a responsabilidade pelo cadastramento. Para ter direito ao recurso a pessoa fará trabalhos comunitários - como no caso das frentes de trabalho - mas também assumiram metas educacionais para a família.

Além disso, o programa prevê a inclusão das pessoas que estão recebendo a bolsa nos programas permanentes de renda mínima do governo, como o bolsa-escola. "Vamos tentar extinguir a lógica da emergência", disse Jungmann. Segundo o ministro, está prevista a criação de outros programas sociais para as regiões do semi-árido.

do, a serem anunciados por Fernando Henrique. Quando a pessoa é incluída em um destes programas permanentes deixa de receber a bolsa-renda.

Em 1998, segundo dados do ministério, foram gastos R\$ 2,2 bilhões e beneficiadas 6 milhões de pessoas no semi-árido. Como pagamento por trabalhos comunitários, as pessoas recebiam R\$ 65,00 do governo federal e outros R\$ 15,00 do governo estadual. Uma família com até cinco integrantes poderia ter um participante na frente. Famílias maiores tinham dois participantes.

Cestas básicas - O ministro anunciou a liberação de 524.988 cestas básicas para as famílias atingidas pela seca na primeira etapa. No dia 15 as cestas seguem para os Estados do Ceará, Minas Gerais e Piauí, no sábado para os municípios do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, e no domingo, 17, Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Até ontem o governo federal havia reconhecido 210 municípios (do RN, PB e PE) em estado de calamidade pública, mas outros 171 municípios (do PI, PB e AL) já tem decretos estaduais de calamidade pública homologados. Estes municípios já tem direito a receber água dos caminhões-pipa, distribuída pelo Comando Militar do Nordeste.

Há ainda 211 municípios (de PE e MG) em estado de emergência reconhecidos pelo governo federal e outros 103 na Bahia com decretos estaduais. O Ministério da Integração Nacional tem previstos R\$ 1,02 bilhão no orçamento deste ano para atacar o problema da seca.

IGP-DI mostra recuo da inflação em maio

Rio (AE) - O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) caiu para 0,44% em maio, contra 1,13% em abril, segundo dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Preços por Atacado (IPA) teve variação de 0,18%, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 0,41%, e o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), de 2,11%.

A queda no índice entre os dois meses resultou principalmente da redução dos preços de produtos agrícolas no atacado, cuja variação passou de 3,80% em abril para -0,64% em maio. No ano, o IGP-DI já acumula alta de 3,24%.

O chefe do Centro de Estudos de Preços da FGV, Paulo Sidney Cota, prevê uma queda ainda maior para o índice em junho, que deverá registrar variação de 0,2%. O argumento para o otimismo é que os preços dos produtos agrícolas no atacado e da alimentação no varejo devem continuar em queda, puxando o índice para baixo.

"A chuva não foi suficiente para reduzir o problema da energia elétrica, mas está ajudando na queda dos preços dos produtos agrícolas", disse Cota. Avalia também que, caso o dólar prossiga cotado em até R\$ 2,40, os produtos industriais deverão manter estabilidade de preços.

Ele projeta um IGP-DI entre 5,5% e 6% neste ano.

O economista explicou que já existe uma pressão da alta do dólar sobre os preços, mas não na intensidade do aumento da cotação da moeda. "O repasse e tímido e concentrado nas commodities", explicou. Em maio, a valorização do dólar teve impacto no atacado, especialmente no café (10,38%), trigo (7,57%) e soja (4,59%), além do cimento (2,08%) e fitas magnéticas para computadores (17,64%).

No varejo, segundo Cota, a principal pressão do dólar foi sobre o pão francês (2,59%), em consequência da alta do preço do trigo.

Núcleo - A FGV também divulgou que o "core inflation", ou núcleo da inflação medida pelo IGP-DI, foi de 0,52% em maio. Em abril, a variação do núcleo, que mede a taxa de inflação do mês sem considerar as variações bruscas de preços para cima ou para baixo, foi de 0,64%.

Cota disse que o "core" foi acima do IGP-DI em maio porque as quedas de preços foram superiores aos aumentos. Desse modo, as quedas foram destaque nas variações bruscas que são eliminadas no cálculo, resultando em peso maior dos aumentos de preços. A taxa do "core inflation" vem apresentando elevações consecutivas desde setembro do ano passado.

Fruticultores do RN temem demissão

Natal (AE) - Os produtores de frutas tropicais do Rio Grande do Norte temem que a obrigação de obedecer à redução de consumo de energia elétrica em 20% signifique a demissão de 30 mil a 40 mil trabalhadores que atuam na fruticultura irrigada no Estado. O que mais assusta os fruticultores é a ameaça de perder a destacada posição obtida pelo Estado no mercado de frutas. O RN é o primeiro produtor nacional de melão. Em 2000, as exportações dessa fruta gerou divisas de US\$ 25 milhões.

Luiz Soares, presidente da Associação dos Produtores de Frutas Tropicais do RN, disse que a companhia de distribuidora de energia (Cosern) elaborou a cota a que têm direito as fruticultoras com base nos meses de maio, junho e julho, justamente período de entressafra.

O temor dos produtores é de que o Estado - que ano passado registrou exportações de US\$ 50 milhões em melões, manga banana e melancia -, não atinja as previsões de vender para o exterior, este ano, US\$ 70 milhões. Entre março e maio, os fruticultores potiguaras já venderam para América do Norte e União Europeia 14 mil de caixas de melão, 60 mil de mangas, 30 mil em bananas e 20 mil em melancia.

"Deixem-nos em paz, que nós garantiremos a cota de redução possível, que é cortar o consumo das 17h30 às 20h30", diz Soares. "O governo não pode deixar de ver que as empresas de fruticultura potiguaras geram milhares de empregos no semi-árido", observa o empresário.

Perda - O Rio Grande do Norte, segundo Luiz Soares, levou 15 anos para conseguir a posição de destaque que possui atualmente na fruticultura.

"As notícias correm e estamos recebendo telefones de países concorrentes como Chile, México e Costa Rica, perguntando se teremos condições de bancar a produção ou não. A perda pode ser irreversível", preocupa-se o presidente da associação.

Sessenta mil empregos foram gerados pela fruticultura irrigada no ano passado no Rio Grande do Norte. Este ano, se a proposta de não irrigar durante três horas for aceita pela Comissão Gestora da Crise Energética podem ser criados até 70 mil postos de trabalho. "Além de tudo temos altos gastos com embalagens, adubos e sementes", lembra Soares.

Redução de consumo é inferior a 20%

Brasília (AE) - As três Regiões afetadas pelo racionamento de energia elétrica desde 1º de junho - Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste - não conseguiram cumprir a meta de redução de 20% no consumo nos dez primeiros dias do mês, conforme dados do Operador Nacional do Sistema (ONS) obtidos pela AE. A frustração no cumprimento desse porcentual logo no início de junho será debatida hoje pelo núcleo-executivo da Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE) e deverá fundamentar as suas decisões sobre a incorporação do Norte ao plano de economia de eletricidade.

No Sudeste e no Centro-Oeste, a redução no consumo atingiu apenas 16,0% em relação à média de uso de eletricidade de maio a julho do ano passado. No Nordeste, o desempenho foi um pouco melhor. O racionamento atingiu 17,4%. O consumo de energia no horário de pico, 18 horas, já apresentou queda. O ONS constatou que, em 24 de abril, alcançou 56.000 Megawatts-hora (MW/h). No último dia 7, esse consumo havia caído para 43.900 MW/h.

Essas informações constaram do primeiro boletim semanal de acompanhamento do plano, que será divulgado amanhã pela GCE. A frustração das metas nos dez primeiros dias de junho não significa que, ao final do mês, as três Regiões não consigam reduzir em 20% o seu consumo de energia. Os dados do ONS referem-se a médias de macro-regiões - o Nordeste, de um lado, e o Sudeste e o Centro-Oeste, de outro.

Por tanto, nada impede que alguns Estados ou mesmo municípios isolados tenham alcançado ou até mesmo superado a meta nesse período.

Norte - Com base na análise dos números do ONS, entretanto, a GCE deverá anunciar após de amanhã a extensão do racionamento de energia para o Norte do País. A meta de redução deverá atingir 15%, em relação à média de consumo de energia de maio a julho de 2000. O racionamento começará no dia 15 de julho e terá como principal objetivo garantir a transmissão de 1.000 Megawatts (MW) médios para o Nordeste.

Até a primeira hora de segunda-feira, a situação dos reservatórios das hidrelétricas do País ainda correspondia às expectativas do ONS. No Sudeste e Centro-Oeste, o nível dos reservatórios mantinha-se em 29,34% - apenas 0,36 ponto porcentual abaixo da estimativa para o dia 30 de junho. No Nordeste, onde a situação é a mais crítica, o nível de água chegou a 26,56%, pouco acima dos 23,0% previstos para o final do mês.

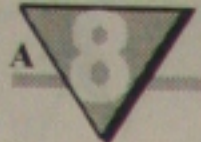
No Sul, que deverá entrar voluntariamente no plano de racionamento, os reservatórios apresentam nível de água de 86,4%. Dois dias antes, estava em 85,2%. Mas a estimativa do ONS para 30 de junho é de 99,5%. No Norte, o volume de água é de 86,01%, e a meta para o final do mês é de 75,4%.

Até a primeira hora de segunda-feira, a situação dos reservatórios das hidrelétricas do País ainda correspondia às expectativas do ONS. No Sudeste e Centro-Oeste, o nível dos reservatórios mantinha-se em 29,34% - apenas 0,36 ponto porcentual abaixo da estimativa para o dia 30 de junho. No Nordeste, onde a situação é a mais crítica, o nível de água chegou a 26,56%, pouco acima dos 23,0% previstos para o final do mês.

No Sul, que deverá entrar voluntariamente no plano de racionamento, os reservatórios apresentam nível de água de 86,4%. Dois dias antes, estava em 85,2%. Mas a estimativa do ONS para 30 de junho é de 99,5%. No Norte, o volume de água é de 86,01%, e a meta para o final do mês é de 75,4%.

PROGRESSO
TRANSPORTANDO VIDAS COM CARINHO

VIAÇÃO PROGRESSO LTDA. Telefax: (0xx) 79 241-2993
Av. Marechal Rondon, 966 - CEP 49.080-170 - Aracaju/Sergipe
progresso@infonet.com.br



RACIONAMENTO

FHC tenta manter corte e sobretaxa

Ação declaratória impetrada no STF tenta manter o plano de racionamento de energia

SENADO

Jader tenta aliviar pressão

Brasília (AE) - Acuado e enfraquecido com o surgimento de novas acusações, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), subiu ontem à tribuna para tentar reverter o processo de desgaste que está enfrentando.

Apesar da reação, o consenso no Senado é que a situação política de Jader está cada vez mais delicada. A mesma avaliação é feita no Palácio do Planalto. A ordem é para que integrantes do governo mantenham-se afastados do aliado peemedebista para que ele faça uma defesa solitária. A grande preocupação no Planalto é evitar que este assunto chegue de alguma forma ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Até no PMDB o clima é de pessimismo em relação a Jader.

Sem esconder sua irritação, Jader Barbalho rebateu o argumento da oposição de que precisaria afastar-se da presidência da Casa para fazer a sua defesa com liberdade enquanto prosseguem as investigações. "Sobre palhaçada eu não trato", reagiu Jader. Visivelmente constrangido, ele cobrou uma apuração rápida por parte da Polícia Federal da nova denúncia sobre uma suposta participação em um golpe de US\$ 4 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), que teria sido aplicado quando era ministro da Reforma Agrária do governo Sarney. "Será fácil a Polícia Federal rastrear um cheque dessa magnitude", disse Jader. Segundo a denúncia, o presidente do Senado teria recebido um cheque neste valor do empresário Vicente de Paula Pedrosa pela venda dos títulos.

Em entrevista coletiva concedida no final da tarde, ele disse que pediu agilidade ao diretor-geral da Polícia Federal, Agi-

lio Monteiro Filho, na investigação do caso.

Jader espera prestar depoimento a Polícia Federal ainda amanhã para esclarecer o que classifica como "chantagem". Segundo ele, o seu depoimento aconteceria no gabinete da presidência do Senado. Ele, porém, ressaltou que não vê problemas em ser ouvido pela PF. "Constrangedor é estar envolvido numa miséria e numa vagabundagem desta", lamentou. "Se houver boa vontade da Polícia Federal toda essa canalhice será esclarecida logo."

Ao ser questionado sobre a denúncia da revista "IstoÉ" Jader negou que tivesse se encontrado com Vicente Pedrosa, num hotel de São Paulo, para receber o cheque. "Isso não aconteceu". Ontem ele voltou a acusar o advogado Gildo Ferraz de ser o mentor das denúncias. Segundo Jader, Ferraz atua numa ação de investigação de paternidade de uma suposta herdeira de Jair Bernardino de Souza, de cujo espólio ele comprou a "TV RBA", em Belém. "Como Gildo Ferraz não conseguiu um acordo com os meus advogados, ele ameaçou anular a venda da TV RBA", relatou Jader.

O presidente do Senado demonstrou indignação ao ser questionado se seria a "bola da vez", depois da renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). "Acho tudo isto ridículo e de um primarismo político", lamentou. "Esses falsos democratas acham que podem afastar pessoas da vida pública de forma preconceituosa." Jader disse que está enfrentando resquícios da campanha para o comando da Casa. "Não sabia que ia pagar um preço tão alto", comentou. "Essa

eleição está longa demais", completou ele, numa referência indireta a ACM.

Apesar de ter pedido pressa nas investigações, o presidente do Senado alegou que o caso não precisa da instalação de uma CPI e nem da abertura de uma investigação interna do Senado, como sugeriram integrantes da oposição. "Estamos diante de um caso de polícia", assegurou. Ele também disse que apesar da denúncia, não vê motivo para assinar a CPI da Corrupção. "Considero esta denúncia tão improcedente quanto a denúncia de que o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, é sustentado por um empresário", afirmou.

Apesar da defesa, o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), cobrou uma apuração mais detalhada do caso. "Mais do que nunca é preciso que tudo seja investigado para o benefício do próprio Jader", observou Hartung. Para ele, existem três mecanismos para apurar o caso: uma CPI específica sobre o tema TDAs/Sudam; uma representação no Conselho de Ética, além da investigação da Polícia Federal. "A situação de Jader ficou muito complicada", constatou Hartung.

Já o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), disse esperar que todas as denúncias contra Jader sejam esclarecidas. No entanto, Aécio preferiu não opinar sobre o envolvimento de Barbalho na suposta transação com os TDAs nem sobre o inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar o assunto. "Não seria adequado eu me intrometer neste tema, sendo eu presidente de um poder", alegou. Ele também lembrou que não vê relação direta entre as denúncias contra Jader com a construção de uma aliança para as eleições de 2002.

Eduardo Dutra defende CPI

Brasília (AE) - O comando do PT recuou ontem e admitiu que o partido poderá pedir a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), motivado pela publicação de uma reportagem da revista "IstoÉ" que trata do envolvimento dele no esquema de venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), emitidos de forma fraudulenta, quando ele era ministro do ex-presidente José Sarney (1985-1989), hoje, senador pelo PMDB do Amapá. No Senado, o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), alvo de uma denúncia da "IstoÉ" sobre a suposta ligação dele com a violação do painel eletrônico, cobrou de Jader uma decisão a respeito de um requerimento, encaminhado há cerca de dois meses, para que o Banco Central (BC) remetesse a Casa os relatórios sobre a operação de desvios de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará).

Segundo Dutra, Jader deveria ter encaminhado o requerimento, que é de autoria dele, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. "Mas, até agora, não fez nada", declarou o petista. "A obrigação do Congresso é analisar os relatórios porque os parlamentares não podem aceitar que o presidente da Casa sofra chantagens", disse Dutra, referindo-se às acusações contra Jader a respeito do esquema, supostamente, comandado pelo presidente do Congresso para desviar recursos do Banpará na época em que era governador do Estado.

O presidente nacional do partido, deputado José Dirceu (PT-SP), afirmou que, se for o caso, a bancada da legenda no Congresso pedirá a criação de uma CPI específica para apurar as supostas irregularidades praticadas pelo presidente do Senado. "Se a maioria dos senadores pressionar por uma CPI do Jader, nós vamos recolher assinaturas para essa CPI", declarou

Dutra. Mas, por enquanto, o PT deixou claro que a prioridade da sigla é insistir na instalação da CPI para investigar corrupção, cujo o requerimento trata de vários casos de desvios de recursos, entre os quais, os relativos ao Banpará.

O pedido de CPI para investigar corrupção conta com 26 assinaturas de senadores, faltando apenas mais um nome para criação da comissão parlamentar de inquérito. Apesar de manter a disposição em instalar a CPI no Senado, o PT, no entanto, mostra a descrença em relação às chances de a comissão ser criada. Diante das suspeitas de que o PT teria fechado um acordo com Jader para bloquear uma investigação contra ele no Senado, ganhando do PMDB, em troca, solidariedade a Dutra, o senador petista negou essa operação política, lembrando que, na Câmara, o PT voltou a recolher assinaturas para uma CPI cujo objetivo é investigar o presidente do Senado.

Empresário denunciado por estelionato

Belém (AE) - O empresário Vicente de Paula Pedrosa da Silva, apontado como o intermediário da venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para o presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por crimes de estelionato e falsificação de documentos. Silva, que, segundo a reportagem da revista "IstoÉ", seria um intermediário de Jader nas negociações de uma fazenda inexistente no Pará, estava sendo investigado também por suspeita de fraudes em projetos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O novo caso envolvendo o empresário é relacionado à Justiça Trabalhista. Segundo a Procuradoria da República no Pará Silva teria falsificado um documento para liberar a penhora de bens e uma dívida trabalhista da Agropecuária Hakone, uma das empresas dele suspeitas de fraudes contra a Sudam. O inquérito foi instaurado há dois anos pela Polícia Federal (PF) e, no fim de

maio, o empresário foi denunciado pelo MPF.

Este é o segundo caso envolvendo Silva que veio à público depois da denúncia da revista, que mostrou ter sido ele o intermediário da venda de TDAs da Fazenda Paraíso, no valor de US\$ 4 milhões. Numa gravação feita pelo advogado e subprocurador aposentado Gildo Ferraz, o ex-banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e a mulher dele, Vera Arantes Campos, afirmam que deram o cheque para Silva, que, em seguida, o repassou a Jader, num hotel de São Paulo.

Antes, o MPF descobriu que as empresas de Silva - Hakone Frango Norte e Fazenda Agropastoral São Pedro - estavam na relação dos projetos suspeitos de fraudes. Segundo um relatório preparado por procuradores, Silva teria usado documentos falsos para justificar os gastos de cerca de R\$ 25 milhões de financiamentos da Sudam.

"Documentos fiscais inidôneos seriam utilizados para justificar a pretensa aplicação das verbas", afirmou o procurador Ubiratan Cazzetta, autor da ação que resultou na

quebra de sigilo bancário do empresário e da família dele.

Candidato derrotado do PMDB nas últimas eleições a prefeito de Igarapé-Açu, no nordeste do Pará, Silva recebeu a visita de Jader durante a campanha. Porém, o senador nega que tenha relação pessoal ou comercial com o empresário, que também nega vínculos com o presidente do Senado. Ontem, o empresário não foi encontrado no escritório nem em sua residência. O inquérito aberto esta semana na PF apontará o grau de envolvimento dos dois, uma vez que Silva seria um dos relacionados no processo de desapropriação da Fazenda Paraíso, quando Jader era ministro da Reforma Agrária. Ele foi condenado a seis anos por fraudes no processo, mas está recorrendo da sentença. O caso, agora, passa por uma perícia judicial.

Silva deverá depor na próxima semana na Justiça Federal para explicar a falsificação de um documento encaminhado a Justiça Trabalhista de Belém, que dava como encerrada a dívida existente entre a empresa dele e Waldecy Francisco Félix dos Santos.

Jobim quer evitar fraude em eleições

Brasília (AE) - O ex-ministro da Justiça do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso Nelson Jobim tomou posse ontem como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e anunciou que vai pedir à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) um laudo técnico sobre a confiabilidade da votação eletrônica. A necessidade de se encomendar à Unicamp um laudo técnico, segundo o ministro, é assegurar a confiabilidade no sistema.

"O modelo atual é seguro, mas as pessoas têm de acreditar no sistema e não em mim", argumentou. Jobim fez uma comparação com o ditado sobre a mulher de César, pois não basta ser honesta, tem de parecer honesta.

Para tornar mais seguro o processo de votação, o ministro citou uma possibilidade de mudança que poderá impedir o voto de quem não apresentar o título de eleitor no dia da eleição. Atualmente, os eleitores podem votar após apresentar um documento de identidade.

Jobim justificou que, teoricamente, os integrantes da mesa poderiam se unir para tentar fraudar a eleição votando no lugar de outras pessoas. Para isso, eles apenas teriam de digitar o número do título de eleitor, que está disponível na lista de eleitores.

Com a mudança sugerida por Jobim, na lista de votação haveria apenas o nome do eleitor e três algarismos do número do título. Ele reconheceu que a violação do painel do Senado durante a votação do pedido de cassação do ex-senador Luiz Estevão contaminou a confiabilidade dos processos eleitorais.

IMPASSES - Jobim defendeu, indiretamente, a permanência de governantes no cargo durante a campanha eleitoral. Ele disse que o projeto que discute a desincompatibilização é político, mas afirmou que nas últimas eleições menos de 50% dos prefeitos se reelegeram.

Nelson Jobim também contou que está preparando uma lista com temas duvidosos sobre eleições, denominados pelo ministro de gargalos. Ele pretende apresentar em breve a lista a parlamentares para dirimi-las.

Entre essas dúvidas está a possibilidade de os vices-governadores que já se reelegeram se candidatarem nas próximas eleições ao cargo de titular. O governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), estaria nessa situação se quisesse concorrer ao governo do Estado no próximo ano.

O presidente do TSE ressaltou que nas próximas eleições as pessoas terão de votar em seis candidatos. Com isso, cada eleitor gastaria, em média, 75 segundos para votar. A partir desse dado, o ministro concluiu que a votação poderia não acabar às 17 horas. Por esse motivo, o TSE estuda algumas alternativas, como a implantação de terminais secundários que permitiriam que dois eleitores votassem ao mesmo tempo.

Sem constrangimentos, o ministro confirmou a amizade com o presidente Fernando Henrique, mas disse que esses laços não interfeririam em seu trabalho como presidente do TSE. "Sou independente", garantiu. "Ninguém faria qualquer tipo de pedido para mim, sabem com quem estão lidando", completou.

Brasília (AE) - O advogado-geral da União, Gilmar Mendes, apresentou ontem, às 17h55, uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC) ao Supremo Tribunal Federal (STF) em favor do plano de racionamento de energia. O texto, assinado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, pede que o tribunal conceda medida cautelar para anular as liminares contrárias à implementação do plano. O relator da ADC será o ministro Neri da Silveira, que já analisa ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Partido Social Liberal (PSL).

Conforme declaração do presidente do STF, Marco Aurélio Mello, da última quinta-feira, existe a possibilidade de julgamento da medida cautelar até quarta-feira, antes do feriado de Corpus Christi. No caso da ADC ainda não há prazo previsto.

Uma vez concedida, a ADC funcionaria como uma espécie de salvaguarda para o plano. Ou seja, o protegia contra toda e qualquer contestação judicial. Com 126 páginas, a ação se concentra na preservação da aplicação de cinco artigos da Medida Provisória 2.152/2, que criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE) e estabeleceu as regras de racionamento de energia.

São eles: artigo 14, que trata das metas de consumo para resi-

dências e as punições, em caso de descumprimento; artigo 15, que fixa a sobretaxa ao consumo; artigo 16, que traz a regulação do Mercado Atacadista de Energia durante o racionamento; artigo 17, que define as regras de redução do consumo no comércio, na indústria e nos serviços; artigo 18, que fixa a meta de redução do uso da eletricidade para os consumidores rurais.

O texto assinado por Fernando Henrique e Gilmar Mendes alega que há controvérsia jurídica sobre a aplicação do plano - fato que serviria como pré-requisito para a solicitação da aprovação da ADC ao Supremo.

Além disso mencionam a existência de 127 ações na Justiça, das quais 70 movidas em São Paulo. Os tribunais regionais e

juizes locais já concederam 28 liminares e indeferiram outras 9.

Em favor da regra básica do plano - a possibilidade de corte de energia, em caso de não cumprimento da meta, e de aplicação de sobretaxas sobre o consumo residencial - o texto argumenta que as "punições" seguem pressupostos diferentes e que não se trata de dupla sanção. O corte é apresentado como mecanismo para determinar a redução compulsória do consumo de energia. A sobretaxa, por sua vez, seria o resultado da situação de escassez de energia.

Se for concedida pelo Supremo, ADC funcionaria como uma espécie de salvaguarda para o plano

Repartições fecham na 6ª

Brasília (AE) - O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem decreto que define o ponto facultativo nas repartições públicas da administração federal e de suas autarquias e fundações na próxima sexta-feira. Trata-se de um primeiro teste para a possível declaração de feriados nas sextas-feiras - uma medida alternativa aos apagões generalizados que vem sendo estudada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia (GCE).

O decreto deverá constar da edição de hoje do Diário Oficial da União. Segundo nota divulgada pela assessoria de comunicação social do Ministério do Planejamento, a decisão levou em consideração a meta de redução do consumo de energia elétrica de 20% tam-

bém para os órgãos públicos. Também foi embasada na tendência de diminuição da demanda por serviços públicos nos dias úteis entre um feriado - a celebração de Corpus Christi, no caso - e um final de semana. O texto esclarece que serviços essenciais não serão suspensos na sexta-feira.

A assessoria informou ainda que o governo federal obteve redução de 15% a 20% no consumo de eletricidade entre os últimos dias 15 e 31 de maio. A variação dependeu das iniciativas adotadas pelos diferentes órgãos. Os melhores resultados teriam sido alcançados pelos ministérios que adotaram jornada de trabalho contínua das 12 horas às 18 horas - como o da Educação, de Minas e Energia e a Presidência da República.

Malan garante investimentos

Rio (AE) - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o programa do racionamento de energia estará resolvido "num prazo relativamente breve". Mas evitou especificar uma data "para não dar manchetes desnecessárias". Ele rebateu as críticas de que um dos motivos para a atual crise energética seria o fato de o governo não ter investido o necessário no setor elétrico.

Segundo ele, desde os governos militares sabe-se que a situação é crítica e este teria sido o principal motivo para referendar os projetos das usinas nucleares e também a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. "De 1990 a 94 foram investidos no sistema Eletrobrás R\$ 2,5 bilhões por ano. De 95 a 2000, a média anual de investimentos foi de R\$ 2,7 bilhões e, de 98 até agora a média foi elevada para R\$ 3,4 bilhões", afirmou ontem, em encontro promovido pela Câmara de Comércio Britânica.

Segundo o ministro, a resposta da sociedade ao plano de contenção de energia tem sido muito boa. "Vamos sair melhor dessa crise. Espero não estar equivocado. O tempo dirá", afirmou o ministro. Ele comentou que, em conversas mantidas com representantes de indústrias, ficou claro que há uma margem de gordura no consumo de energia, o que cria uma possibilidade de economia, inclusive fora do plano de contenção.

Para corroborar suas afirmações de que a economia do País vem resistindo bem a todas as crises desde 1995, Malan afir-

mou que os investimentos estrangeiros no Brasil no primeiro quadrimestre deste ano somaram US\$ 6,8 bilhões. No mesmo período do ano passado, o volume havia sido de US\$ 8,3 bilhões. E no primeiro quadrimestre de 99, de US\$ 9,9 bilhões. O ministro considerou que, apesar da queda, os recursos demonstram a confiança do investidor externo na economia brasileira.

"A crise de energia está obrigando a uma temporária revisão de médio e longo prazos na economia brasileira. Mas tenho a absoluta confiança de que vamos superar essas dificuldades", afirmou o ministro, acrescentando que o País está passando por uma mudança estrutural em sua economia.

Lembrando que pelo décimo primeiro trimestre consecutivo o governo conseguiu cumprir seus objetivos fiscais, Malan fez uma referência bem-humorada à dependência do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). "As três letrinhas relevantes para o País não são mais FMI. Mas sim LRS e LDO", afirmou, numa alusão à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Segundo o ministro, em 1998 o País recebeu um volume expressivo de recursos do FMI e de mais 20 bancos centrais, de mais de US\$ 32 bilhões, que já foram devolvidos aos credores. Hoje, da dívida de US\$ 4 bilhões com o Fundo, no pacote de ajuda internacional, o Brasil deve apenas US\$ 1,8 bilhão. Ele fez questão de frisar que o acordo com o FMI termina no dia 1º de dezembro deste ano.